



**CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR
ÂNIMA EDUCAÇÃO**

**DANILO LIMA DE AZEVEDO
JOÃO PEDRO DE ARAÚJO FONSECA
MANOELA MORAES LEIRA**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE FRENTE A MÁ
UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO NO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro
2023

**DANILO LIMA DE AZEVEDO
JOÃO PEDRO DE ARAÚJO FONSECA
MANOELA MORAES LEIRA**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE FRENTE A MÁ
UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO NO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas do Centro Universitário IBMR
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel.

Orientador: Prof. Me. Wagner Fernandes dos Santos.

Rio de Janeiro

2023

**DANILO LIMA DE AZEVEDO
JOÃO PEDRO DE ARAÚJO FONSECA
MANOELA MORAES LEIRA**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE FRENTE A MÁ
UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO NO RIO DE JANEIRO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário IBMR.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2023.

Professor e orientador: Me. Wagner Fernandes
Centro Universitário IBMR

Prof. Dr. Marcelo Anache
Centro Universitário IBMR

Prof. Me. Fernando Leitão
Centro Universitário IBMR

Eu, Danilo Lima de Azevedo, dedico este trabalho à memória do meu amado pai, Daniel Azevedo, cuja dedicação incansável, amor e orgulho por mim continuam a iluminar meu caminho. Seu zelo e esforço serão sempre minha inspiração.

Eu, João Pedro de Araújo Fonseca, dedico este trabalho aos meus pais, Rosildo Rodrigues e Sueli Lopes, estes que sempre demonstraram a cada dia ser um exemplo de força, resiliência e foco. Amo vocês acima de tudo, seus esforços são minha inspiração e serão honrados.

Eu, Manoela Moraes Leira, dedico este trabalho à pessoa extraordinária que é minha mãe, Monica Barboza Moraes, cujos ensinamentos de independência e força moldaram meu caminho até aqui. Com amor e gratidão, reconheço a paciência incansável, zelo e apoio constante que me proporcionou. Obrigado por ser minha inspiração e por acreditar em mim, isso impulsionou minha jornada acadêmica e pessoal. Este é nosso triunfo compartilhado.

AGRADECIMENTOS

Eu, Danilo Lima de Azevedo, agradeço primeiramente a Deus por ter conduzido a minha caminhada até aqui, por ter me capacitado ao longo de todo trajeto percorrido nos últimos anos, por ser meu sinônimo de força e coragem, me sustentando na fé nos momentos em que fraquejei e pensei que não iria conseguir. Aos meus pais Daniel (in memorium) e Aparecida que sempre apoiaram minhas decisões. Aos familiares, em especial, aos meus avós Joaquim, Rita e Josefa (in memorium) que sempre torceram por mim. A minha namorada, Rita de Cássia, por todo apoio, incentivo e paciência durante esta jornada. As minhas gestoras, Maria Iata e Paula Furlan, pela compreensão nos momentos que foram necessários dedicação a graduação.

Eu, João Pedro de Araujo Fonseca, agradeço primeiramente a Deus por ter me capacitado e me dado estrutura para suportar qualquer adversidade até a conclusão dessa jornada. Aos meus pais Rosildo e Sueli, cujo apoio e esforços me serviram como incentivo nos momentos mais difíceis.

Agradeço também aos meus avós, que fizeram parte da minha evolução e criação, Sônia Maria, Adriano Amaral, Antônio Carlos, Elisete de Oliveira e Antero Joaquim (in memorium), do qual a estrela vaga pelo céu a brilhar.

Retribuo a Lara Sandra, os votos de lealdade, força, refúgio e amor, que nos momentos mais difíceis esteve ao meu lado me dando base e estrutura para suportar as adversidades. E por fim, agradeço a minha irmã e irmãos de coração, Tereza Silvia, Felipe Nogueira e Matheus Fernandes, que sempre me apoiaram em momentos difíceis.

Eu, Manoela Moraes Leira, desejo expressar meus sinceros agradecimentos a Maria, Mãe de Deus, pela sua proteção e intercessão constante em minha vida.

Em segundo lugar, estendo meu reconhecimento ao meu pai, Alexandre Neves Leira, e à minha irmã, Ivana Moraes Leira, pela incrível parceria de vida que compartilhamos. Seu apoio e amizade foram fundamentais para minha jornada.

Sou grata à minha tia, Adriana Neves Leira, pelas revisões e pelo fomento à minha educação desde pequena. À minha supervisora, Carla Renata da Silva Souza, agradeço a colaboração em meu aprendizado.

Por fim, dedico um agradecimento especial ao meu amado Pedro Gabriel Natal. Seu apoio inabalável e compreensão foram essenciais para meu equilíbrio emocional ao longo desta trajetória acadêmica. Sua paciência e incentivo foram a chave para os meus melhores momentos, transformando cada obstáculo em uma oportunidade de crescimento.

Em conjunto, queremos expressar nossa sincera gratidão ao nosso orientador, Prof. Me. Wagner Fernandes dos Santos, e à nossa antiga professora, Prof. Me. Leidisangela Santos da Silva, por sua orientação excepcional e apoio ao longo desta jornada acadêmica. A orientação precisa do Prof. Me. Wagner e o cuidado atencioso da Prof. Me. Leidisangela foram pilares fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas observações valiosas, ensinamentos e experiências foram fatores determinantes para o sucesso desta pesquisa.

“A prosperidade é um resultado da prática
contínua de princípios financeiros sólidos.”

(Dave Ramsey, 2003).

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi destacar a educação financeira em relação à má utilização de crédito no estado do Rio de Janeiro, mediante a análise de dados históricos e ações de diversas instituições correlacionadas ao tema. Na revisão bibliográfica, foram apresentadas iniciativas do governo para disseminar a educação financeira no Brasil, estatísticas sobre inadimplência no Rio de Janeiro e os mecanismos para contrair uma dívida. O método utilizado envolveu a aplicação de uma pesquisa quantitativa, na qual os respondentes participaram de um questionário abordando a frequência do uso do cartão de crédito, renda e idade. Além disso, a pesquisa foi conduzida no estado do Rio de Janeiro, por meio de perguntas fechadas aplicadas via um formulário online. Os resultados mais relevantes indicam que a educação financeira foi incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como tema transversal, o que a torna ineficaz, dada a sua adoção facultativa. Para alcançar maior efetividade, sugere-se que o tema torne-se obrigatório.

Palavras-chaves: Educação financeira. Crédito. Inadimplência. Endividamento.

ABSTRACT

The objective of this research was to highlight financial education in relation to the misuse of credit in the state of Rio de Janeiro, through the analysis of historical data and actions of several institutions correlated to the theme. In the literature review, government initiatives to disseminate financial education in Brazil, statistics on delinquency in Rio de Janeiro and the mechanisms for contracting debt were presented. The method used involved the application of a quantitative survey, in which the respondents participated in a questionnaire addressing the frequency of credit card use, income and age. In addition, the research was conducted in the state of Rio de Janeiro, through closed questions applied via an online form. The most relevant results indicate that financial education was included in the National Common Curriculum Base (BNCC) as a cross-cutting theme, which makes it ineffective, given its optional adoption. To achieve greater effectiveness, it is suggested that the topic become mandatory.

Keywords: Financial education. Credit. Default. Indebtedness.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Consumidores Inadimplentes	22
Gráfico 2 - Dívidas Negativas	22
Gráfico 3 - Dívida Média (Por CPF)	23
Gráfico 4 - Dívida Média (R\$)	23
Gráfico 5 - % na População Adulta	24
Gráfico 6 - Total não Financeiro e Total Financeiro	25
Gráfico 7 - Setores	25
Gráfico 8 - Você reside no Estado do Rio de Janeiro?	36
Gráfico 9 - Qual a sua idade?	36
Gráfico 10 - Qual o seu grau de escolaridade?	36
Gráfico 11 - Qual faixa de renda é compatível com sua realidade?	37
Gráfico 12 - A discussão sobre a educação financeira nas mais variadas esferas (escolas, ambiente familiar, no trabalho) traz impactos na vida do ser humano.	38
Gráfico 13 - Você considera a educação financeira nas escolas uma ferramenta importante para formação de um cidadão?	38
Gráfico 14 - Algumas instituições disponibilizam cursos gratuitos referentes a educação financeira, o quanto você acredita que a realização de um curso pode beneficiar sua gestão financeira?	39
Gráfico 15 - Ao pensar em custos do cotidiano é normal que se pense de forma ampla sobre receitas e despesas, para nos auxiliar existem ferramentas de controle de gastos como planilhas de Excel, Planners financeiros etc.	40
Gráfico 16 - Qual é a sua experiência em relação à necessidade de renegociar dívidas do cotidiano com o seu banco?	40
Gráfico 17 - Na sua opinião, o uso inadequado de crédito pode aumentar a probabilidade de uma pessoa se tornar inadimplente? Isso se refere a situações em que as pessoas usam crédito excessivamente ou não entendem os termos e as taxas associadas ao crédito.	41
Gráfico 18 - Qual é a sua opinião sobre a relação entre a inadimplência e a falta de conhecimento financeiro? Você acredita que as pessoas que não compreendem bem finanças pessoais têm maior probabilidade de se tornarem inadimplentes?	42
Gráfico 20 - Você acredita que a falta de educação financeira pode levar as pessoas a tomar decisões financeiras impulsivas, como assumir dívidas excessivas ou comprar itens caros sem considerar suas capacidades financeiras?	42

LISTA DE SIGLAS

AEBB - Associação de Educação Bancária e Básica

AEF-Brasil - Associação de Educação Financeira do Brasil

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira

CRAs - Centro de Referência de Assistência Social

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira

MEC - Ministério da Educação

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

SCPC - Serviço Central de Proteção ao Crédito

AMBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

BCB - Banco Central do Brasil

BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

CNSeg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FEBRABAN - Federação Brasileira dos Bancos

MEC - Ministério da Educação

PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Objetivo geral	13
1.2	Objetivo específico	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	O conceito de crédito: da idade média a criação do Banco do Brasil.....	14
2.2	A evolução das políticas bancárias e de crédito no Brasil até plano real	15
2.3	O endividamento no Brasil	17
2.4	Inadimplência e suas consequências	19
2.5	Dados de inadimplência no Rio de Janeiro	21
2.6	A evolução da educação financeira no Brasil	26
3	METODOLOGIA	33
3.1	Tipologia da pesquisa	33
4	COLETA DE DADOS	34
5	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

No contexto econômico mundial, frequentemente nos deparamos com desafios notáveis, especialmente em cenários de crise econômica. Esse fenômeno pode ser atribuído, em grande parte, à intensificação da globalização. A globalização, ao longo das últimas décadas, transformou a dinâmica econômica internacional, interconectando os mercados e as economias de maneiras sem precedentes.

Diante de cenários de instabilidade econômica, é comum recorrermos à utilização do crédito como uma forma inicial de alívio nas finanças. Essa prática, embora possa oferecer uma solução imediata, merece uma análise mais aprofundada, pois, a longo prazo, pode transformar-se num verdadeiro acúmulo de dívidas. Isso se deve, em grande parte, às elevadas taxas de aquisição de crédito e aos juros que, ao longo do tempo, podem se tornar onerosos.

A tomada de crédito em momentos de incerteza econômica muitas vezes reflete a necessidade imediata de lidar com despesas. Altas taxas de juros, combinadas com a falta de planejamento financeiro, podem resultar em endividamento excessivo, dificultando a recuperação financeira e perpetuando o ciclo de instabilidade econômica pessoal.

Para sobreviver a momentos de instabilidades no mercado é preciso uma boa gestão de seus recursos, mesmo que pequenos. Nesses casos, o orçamento familiar, é muito impactado pois o cidadão, na maioria das vezes, não aprende na infância nada relacionado ao orçamento doméstico e seu uso efetivo. Por isso, a importância da educação financeira que nos auxilia a entender como funciona os mecanismos de reserva financeira, acúmulo de dívidas e o controle de gastos.

O conceito de educação financeira tem como base instruir as pessoas de maneira que elas administrem da melhor forma sua renda, assim como ela se torne mais competente e consciente na gestão de suas finanças. Com isso, considerando riscos, oportunidades, se prevenindo contra possíveis adversidades, fazendo escolhas e investimentos (SEABRA, 2013).

Tomando esses aspectos como base, podemos salientar que a educação financeira é importante não só para o controle de sua vida privada, mas também com o futuro e a sustentabilidade de sua sociedade. Ao contrário do que a maioria pensa, a educação financeira não se trata somente de assuntos complexos, como investimentos e fundos de reserva, mas também de situações cotidianas. Em suma, das relações sociais que fazem uso do dinheiro e seus serviços relacionados.

É importante que a educação financeira seja, de fato, abordada desde a infância para que as crianças possam adquirir e formar consciência sobre o seu manejo do dinheiro e suas

relações. Ao mesmo tempo que trata de um assunto extremamente complexo e, geralmente, restrito ao mundo adulto, o uso do dinheiro, em todas suas formas, pode ser também ensinado de maneira simples na vida desses pequenos. Bons exemplos disso são vistos no acompanhar os pais no mercado; administrar uma mesada; ter uma pequena noção do quanto de trabalho feito por seus pais é necessário seja para pagar uma conta ou comprar um brinquedo.

Não são apenas as crianças que podem iniciar o seu aprendizado sobre Educação Financeira. A deficiência nesse quesito atinge também aos jovens e adultos, uma vez que esta pauta foi por muito tempo desassistida pelas escolas e por boa parcela da sociedade. Com isso, muitos adultos acabam por não ter conhecimento necessário sobre este tema. A inclusão da educação financeira se torna totalmente necessária na agenda da responsabilidade social, uma vez que pode afetar direta ou indiretamente a economia de todo um país. Segundo a Redação Onze (2019, p.1), “Isso se reflete diretamente no aumento do endividamento e no uso indevido dos produtos de crédito – problemas que são parte da realidade do nosso país e afetam principalmente as classes mais baixas da população”.

Uma das causas para a alta inadimplência está conectada com a conjuntura econômica do país, historicamente delicada, além de baixos salários e taxa de desemprego em níveis alarmantes. Segundo Westin (2019, p.1), “As contas não pagas também têm um componente individual: o analfabetismo financeiro. A expressão que remete ao analfabetismo funcional, é recente e vem sendo utilizada por universidade e instituições como o banco mundial”. Desta forma, nosso trabalho busca questionar: Como a educação financeira pode modificar a visão sobre a utilização de crédito?

1.1 Objetivo geral

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o comportamento das pessoas com relação ao crédito e sua respectiva educação financeira.

1.2 Objetivo específico

Para alcançar o objetivo geral, esta pesquisa contará com os seguintes objetivos específicos:

- Ilustrar um breve processo de formação de crédito no Brasil e no Mundo;
- Descrever a trajetória da educação financeira;
- Examinar o endividamento no Brasil;
- Relacionar dados de inadimplência no Rio de Janeiro;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O conceito de crédito: da idade média a criação do Banco do Brasil

Segundo Pereira (2018, p.16), em um estudo sobre a história do pensamento econômico na antiguidade, aponta que “Uma das formas de compreendermos a História Econômica é utilizando o conceito de modos de produção, que está associado diretamente à forma, ao modo de como são produzidos, utilizados, trocados, distribuídos os bens para consumo, serviços [...]”

Para Platão, refletindo sobre a vida econômica no século IV a.C., a pólis refletia o desenvolvimento das atividades entre os homens e isso gerava uma dependência de artigos que não eram produzidos por si mesmos. Oliveira e Gennari (2009, p.8) acrescentam que “assim surgiu a necessidade de cooperação, e a pólis é o ambiente no qual os homens cooperam entre si para produzir e obter, por meio da troca, os produtos de que necessitam para viver melhor”.

A produção se limitava ao consumo e era fruto de um modelo feudal, no qual os servos não tinham liberdade e eram submetidos a escravidão imposta pelos senhores. A Igreja Feudal abominava o acúmulo de riquezas e práticas de empréstimo, denominadas por eles como crime de usura, em uma tentativa de fortificação do comércio e possível implementação do capitalismo (SALINAS, 2010).

Com o avanço do comércio local da época, surgiu um novo risco, sendo considerado um dos grandes problemas do século XIII, não só aquele que punha a vida de representantes religiosos ou da sociedade cristã como um todo em perigo, mas aquele de cumprir com suas dívidas financeiras. Esses empréstimos geram um risco de perda de capital, são condenados por pensamentos aristotélicos e repugnados pela sociedade cristã, no entanto, são pilares importantes para o estabelecimento do capitalismo (LE GOFF, 1986).

Em contrapartida, João Calvino, no que diz respeito aos embates sobre empréstimos no século XVI, mesmo que concordando com algumas ideias de Lutero, que interpretava o uso de empréstimos como um crime de usura, discorda da utilização do mesmo. Oliveira e Gennari (2009, p.28), acentuam que “Calvino reconheceu a legitimidade do empréstimo desde que regulado pelos princípios da equidade (regras iguais para todos) e da caridade. Nesse sentido, procurou definir regras claras e condições precisas nas quais o juro podia ou não ser cobrado”.

A mudança do modelo de produção feudalista se deu pelo crescimento e busca pela ampliação do comércio local, ocorre então uma transição para o modelo capitalista. Modelo

esse que além de tentar garantir mais liberdade e autonomia aos servos, traz consigo um aumento da produtividade devido à concorrência no mercado e maior acúmulo de riquezas para as nações que os tinham como base (PEREIRA, 2018).

Para Salinas (2010, p.54), tratando-se de um contexto latino-americano do século XVII, “as Américas, principalmente a América Latina, bem como a periferia europeia, não escaparam à hegemonia exercida pelos países industrializados; entretanto, esta nova articulação nada tem a ver com feudalismo.”.

Com a forte expansão comercial europeia começam a ocorrer ocupações em territórios americanos, implementando com sua chegada colônias consideradas extensões de sua metrópole, por isso têm tendências comerciais coincidentes a da metrópole, mesmo que sendo dominada e controlada por ela. No Brasil, existindo um conflito por domínio entre Espanha e Portugal, o mercantilismo se fez presente no comércio de mercadorias e no Pacto Colônia (FURTADO, 2005).

Segundo Dantas e Santos (2010, p.16), sobre a colonização portuguesa:

“A empresa colonial agrícola introduzida na colônia não se reduzia a extrair riquezas naturais para revenda nos mercados europeus. Era um empreendimento muito mais complexo, que envolvia o desenvolvimento de uma atividade agrícola que seria explorada segundo critérios que proporcionassem o máximo de lucratividade possível aos portugueses”.

Para Furtado (2005), o Brasil passa por diversas mudanças de mercado, em alguns momentos metais preciosos como principal fonte de renda, em partes açúcar, café, entre outros produtos. Entende-se que o território brasileiro passa por diversas crises financeiras e políticas, com modificações no sistema administrativo, a criação de um banco nacional e impulsos governamentais, demonstram o resultado de um vasto período dificultoso.

Com base no Relatório Anual (2010), referente ao risco que Portugal corria de invasão Napoleônica:

“A Europa vive mudanças aceleradas. Napoleão varre o continente com seus exércitos, derrubando monarquias e instalando repúblicas. Os ventos da mudança chegam a Portugal, forçando a família real a atravessar o oceano e buscar refúgio no Brasil. O príncipe-regente Dom João, depois Dom João VI, chega ao Brasil em maio de 1808. Em 12 de outubro, ele determina a criação do primeiro banco no país, o Banco do Brasil”.

2.2 A evolução das políticas bancárias e de crédito no Brasil até plano real

O conceito do crédito no Brasil também evoluiu de acordo com o tempo, nosso primeiro olhar sobre esse desenvolvimento data na época de 1808, momento no qual onde ainda era impreciso o modelo de padrão monetário sobre a ótica do crédito, ainda assim, estava em um processo de construção de identidade frente a economia nacional. O Banco do Brasil passou

por diversas fases, tais como a criação, destruição e recriação mostrando assim uma certa indecisão sobre sua atuação. (NOGUEIRA, 2008)

Segundo Franco (1991, p 78) “O florescimento das relações financeiras do país com o exterior a partir da década de 1880 tomara mais rica e complexa a teia de relações do país com o exterior”. Com essa afirmação é possível entender uma abertura na economia brasileira, mas quanto a isso Franco ainda alerta sobre o “grau de abertura” na economia, visto que quanto mais aberta ao mercado mundial, maior sua influência sobre o retorno monetário, ou seja, a economia entra em vulnerabilidade.

Para entender melhor o conceito de crédito deve-se também compreender a formação bancária brasileira, como dito anteriormente o Banco do Brasil foi o primeiro a realizar operações financeiras em território nacional e internacional (operações do Brasil para fora). Contudo, ao longo do tempo as instituições bancárias foram nascendo e seria necessário aplicar políticas de restrição frente a diferentes bancos como confirmado por Fernando Nogueira em “a reforma bancária de 1921 resultou na criação de uma câmara de compensação de cheques e na abertura de uma carteira de descontos no Brasil para descontar títulos de outros bancos” (Nogueira, 2008, p. 254)

Em 1926 o Banco do Brasil propôs uma profunda liberação de crédito, foi observado um crescimento real, visto que, a liberação também seria para os bancos comerciais emprestarem, essa expansão na base monetária ocasionou em 63% da oferta de moeda, essa medida ocorreu pelos retornos progressivos do café e do retorno do país ao padrão-ouro. (ALVARENGA e MATTOS, 2021)

Quando se fala em um determinado período é necessário estudar todos os elementos que influenciam no resultado. Um país inteiro focado no comércio exterior acaba ficando dependente dele com o passar dos anos, e foi isso que resultou no crescimento volátil do Brasil. Em 1929 o mercado exterior não comportava toda a produção de café, juntamente mercado financeiro mundial em calamidade em relação a crise da Bolsa de Nova York e a difícil obtenção de crédito no exterior para financiar novos estoques aceleraram a redução dos preços do café, o que ocasionou uma desaceleração na economia. (FURTADO, 1959)

Em conformidade com Saretta (1997, p. 233) “a recessão significou a queda de 4,7 % no produto industrial, e da ordem de 46% na importação de bens de capital, aprofundando a crise fiscal do estado” devido a isso, as instituições financeiras adotaram um certo racionamento de crédito, tendo em vista que poderiam não ser saldados.

Conforme Nogueira (2008) o período compreendido entre 1905 e 1930 foi marcado pela abertura financeira que por sua vez permitiu a admissão de capital externo, embora nessa época

a moeda tinha “dupla Personalidade” que em um momento tramitava pelo padrão-ouro e no outro o papel-moeda que vinha das reservas de ouro. Nessa mesma época o autor fala sobre as tentativas do governo de emissão de uma moeda fiduciária afim de saldar déficits.

De acordo com Moraes (1987), o Banco do Brasil em 1963 adotou medida restritivas quanto a liberação de crédito, ou seja, aumento na taxa de depósito compulsório (porcentagem de todo depósito feito no banco para assegurar o sistema financeiro) e baixo fornecimento de crédito ao banco comerciais. A política creditaria de larga expansão no ano antecedente ocasionava pressões inflacionárias, após este momento 1963 foi caracterizado como época focada a equilibrar o orçamento, para isso subsídios foram consideravelmente reduzidos.

Já no governo de Itamar Franco, o Governo brasileiro adotou o Plano Real em 1994, em que tinha como objetivo sanar uma das piores crises inflacionárias vividas na década de 80 e início de 90 com o governo Collor. Depois de tantas outras moedas adotadas pelo Brasil, o Real foi a única a proporcionar estabilidade. De acordo com Maria Cristina Freitas, “à exceção de um curto período de expansão do crédito após o Plano Real, os bancos continuaram priorizando as aplicações em títulos públicos vis-à-vis a concessão de crédito” (FREITAS, 2009, p. 128). Isso nos mostra que o setor bancário, mesmo com a promessa de uma melhoria na economia, continuou adotando uma posição mais madura no que tange a disponibilização de crédito.

A Implementação do novo plano provocou efeito negativo no setor bancário, levando em consideração a estabilização da inflação, desta forma, os bancos perderam uma importante fonte de receita denominada floating (receitas inflacionárias), por isso, foi imprescindível uma reestruturação administrativa e desenvolver novas fontes de recurso. O Plano Real proporcionou a entrada de bancos estrangeiros e uma maior internacionalização bancária. (CORAZZA, 2001)

2.3 O endividamento no Brasil

O endividamento é fruto de uma obrigação ou compromisso que uma pessoa tem de pagar um terceiro. Podendo ser um valor financeiro ou moral (caso seja por consentimento do credor), sendo baixo, médio ou alto, ou seja, estando ou não sob controle do devedor. (RAMOS, 2023).

O ato de contrair dívidas, pode gerar vantagens para o devedor, como por exemplo para financiar investimentos ou que caibam no orçamento mensal, com o objetivo de não desequilibrar as finanças, porém há de se tomar muito cuidado com o mesmo, já que por sua

vez quando mal utilizados podem levar a problemas financeiros e inadimplência. (MOREIRA, 2023)

Existem diversas maneiras de se contraírem dívidas, sendo elas formas boas ou ruins de se contrair uma dívida. Maneiras essas como: gastos descontrolados, desemprego, baixa renda, financiamentos, entre outras. (MOREIRA,2023)

Em um questionário feito a uma Gerente do Serasa, Patrícia Camilo, referente ao endividamento no Brasil, foi direcionada uma pergunta sobre o aspecto de o endividamento ser mais preocupando agora do que nos períodos anteriores, a mesma respondeu que “No início da pandemia houve uma situação atípica, na qual todos fomos pegos de surpresa. Agora, há uma deterioração do cenário macroeconômico. A inflação ultrapassando 10%, as taxas de juros também aumentando, isso vai cercando a economia de uma forma muito delicada. Há perda de poder de compra e o crédito fica mais caro. E, como isso vem se mantendo, o cenário não é tão otimista ao longo dos próximos meses” (CAMILO, 2022).

O endividamento no Brasil tem um enorme peso para a economia, com base em uma publicação do Serasa, Furlan (2023) “A cada 10 famílias brasileiras, 8 têm dívidas. Essa tem sido a taxa média de endividamento das famílias, medida pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)”.

Não somente a situação financeira desfavorável é a grande vilão do endividamento nacional, levando em consideração que a falta de educação financeira pode levar ao endividamento excessivo.

No Brasil o principal meio de endividamento é a utilização recorrente de cartões de crédito, segundo Serasa Limpa Nome, Furlan (2023) “A pesquisa Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro 2022 indicou que no ano passado o principal tipo de dívida do brasileiro era o cartão de crédito (53%). Mais da metade desses gastos com cartão (65%) correspondiam a compras em supermercado. As famílias precisam do crédito para comprar alimentos, mas a renda mensal não dá conta de manter esse gasto essencial”.

Por outro lado, boa parte do endividamento também é fruto de uma cultura presente no território nacional, que por sua vez vem tomando uma proporção grande no que diz respeito a endividamento e inadimplência, a Cultura do Consumismo.

No Brasil, o consumismo é extremamente influenciado por práticas de marketing e pela ideia de que a busca por bens materiais é dada como sinônimo de status. Segundo Siqueira (2020) “Consumir representa simbologia, status, vaidade, autoafirmação, estilo de vida,

construção e afirmação de identidades, em outras palavras, o consumo é algo totalmente cultural, pois é a cultura que emprega significados aos nossos atos cotidianos”.

Arelada a Cultura do Consumismo, uma notória parcela da população, juntamente com sua falta de educação financeira, se apoia na ideia de gastar sem pensar no futuro, ou até mesmo fazem uso da frase muito presente na vida de todo cidadão brasileiro endividado “Em 5 anos Caduca”.

No entanto, como a enorme falta de educação financeira afeta a vida do brasileiro, boa parcela da população não tem a mínima noção de como funciona o acúmulo no passar do tempo de uma dívida.

Todos esses fatores com o passar do tempo, criaram e desenvolveram uma cultura que normalizou o endividamento e até mesmo a inadimplência, fazendo com que muitos indivíduos não deem a devida importância para honrar com suas obrigações financeiras e manter seu nome ilibado perante o mercado financeira.

2.4 Inadimplência e suas consequências

Considera-se inadimplência o ato de não efetuar o pagamento de uma dívida. Nesse caso, a inadimplência ocorre quando uma obrigação já determinada não é liquidada na data estipulada. De acordo com Teixeira e Silva (2001, p.19) “Inadimplência é a falta de pagamento; inadimplemento é o termo jurídico utilizado, em regra, para designar uma situação de não cumprimento da cláusula contratual; insolvência é a perda total de capacidade de pagamento”. Ou seja, a inadimplência ocorre quando uma determinada obrigação não é liquidada na data estipulada acarretando perdas para credor.

Tal fato tem como característica o esgotamento das alternativas que tangem uma possível negociação no intuito de obter uma recuperação do crédito concedido. Em decorrência desse aspecto, observa-se entre outras ações, o envio de informações dos inadimplentes para empresas que atuam na proteção do crédito; a exemplo temos Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) e a Serasa. A atuação dessas empresas impede o inadimplente de adquirir crédito em outras instituições

Segundo Araújo (2007), as instituições financeiras comumente utilizam análises subjetivas para concessão de créditos e que são complementadas por sistemas que buscam proporcionar maior segurança nas operações. Esse sistema baseia-se principalmente do *balanced scorecard*, que atribuem pesos aos aspectos mais significantes que os tomadores

devem apresentar, dentre eles cabe citar: capacidade, caráter, condições, capital, colateral e conglomerado, os chamados C's do crédito. Definidos abaixo:

- a) caráter: refere-se à determinação de alguém em honrar seus compromissos. Está ligado à honestidade, idoneidade e reputação. Possivelmente o caráter é o componente mais importante da aparência geral do cliente;
- b) capacidade: é a habilidade, competência empresarial ou profissional do indivíduo, bem como o seu potencial de produção e/ou comercialização. Refere-se aos fatores internos: tradição, experiência, formação, capacidade instalada, recursos humanos, grau de tecnologia, projetos de modernização, instalações, fontes de matéria-prima etc.;
- c) condições: dizem respeito aos fatores externos e macroeconômicos do ambiente em que está inserido o tomador: interferências governamentais, conjuntura nacional e internacional, concorrência, variações de mercado, etc;
- d) capital: refere-se à situação econômico-financeira do cliente (bens e recursos possuídos para saldar seus débitos). Para pessoa Física, refere-se aos rendimentos, composição das despesas, evolução e qualidade do patrimônio e endividamento;
- e) colateral: capacidade acessória de oferecer garantias adicionais;
- f) conglomerado: avaliação acessória do grupo à que pertence à empresa. (ARAÚJO; 2007, p.19)

Além disso, segundo Rocha (2010, p.25) “os principais riscos que compõem o chamado risco de crédito são o risco do cliente, da operação, da concentração do crédito, da administração, de mercado, legal, de imagem, de liquidez, de conjuntura e o operacional.” Esses aspectos têm impacto na política de concessão de crédito e, estão diretamente associados à inadimplência. Nesse contexto, o inadimplente fica à mercê de impactos na sua renda, que acabam por influenciar as restrições e limites orçamentários do consumidor, levando-o a perder controle financeiro.

A inadimplência é uma temática bastante discutida no mundo inteiro, destacando-se como uma das principais preocupações de especialistas em diversos países, entre eles o Brasil. Na perspectiva de Rocha (2010, p.33) “[...] é inegável que diversas crises ocorridas no Brasil com algumas instituições financeiras vêm levando esta preocupação, ao ponto de se desenvolverem técnicas sofisticadas de gestão do risco de crédito.”

Segundo Amaral e Iquiapaza (2020) baseados na resolução CMN 3.721/2009 tem-se que a definição de risco de crédito está diretamente relacionada com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

As instituições financeiras, possuem, na perspectiva de Amaral e Iquiapaza (2020), um papel significativo na oferta e gestão do crédito, no que diz respeito a sua própria

sustentabilidade financeira, verificar o risco de inadimplência de pessoas físicas e empresas, de modo a auxiliar na decisão de concessão (ou não) do crédito, na precificação do risco e a diminuição dos riscos de não recebimento através de garantias.

Conforme destaca Caouette et al. (1999) para o processo de análise de crédito, pode se sujeitar a dois critérios, são eles: Julgamentais (subjetivos) que é aquela realizada pelos analistas de renegociação de crédito a partir de informações obtidas quando da concessão e durante o período de relacionamento, com base em seus conhecimentos de fatores chaves e nas suas experiências anteriores, sempre respeitando a política de cobrança da instituição; e os critérios estatísticos (objetivos) que referem-se à utilização de um conjunto de dados e informações em relação aos clientes devedores, suas operações financeiras e seu relacionamento com a instituição financeira, para determinar as probabilidades de recuperação de crédito e as estratégias de cobrança.

Uma análise divulgada no mês de setembro de 2022 pela Serasa aponta que o crescimento da inadimplência no Brasil teve leve aceleração, com aumento de 411 mil novos inadimplentes frente aos 340 mil registrados entre os meses de julho e agosto. Crescendo pelo nono mês consecutivo, o indicador de inadimplência aponta 68,39 milhões de brasileiros com o nome com restrição ao crédito. Com relação ao perfil dos inadimplentes, os brasileiros de 31 a 40 anos se destacam na faixa etária, representando 31,3% do total deste segmento. (SERASA, 2022).

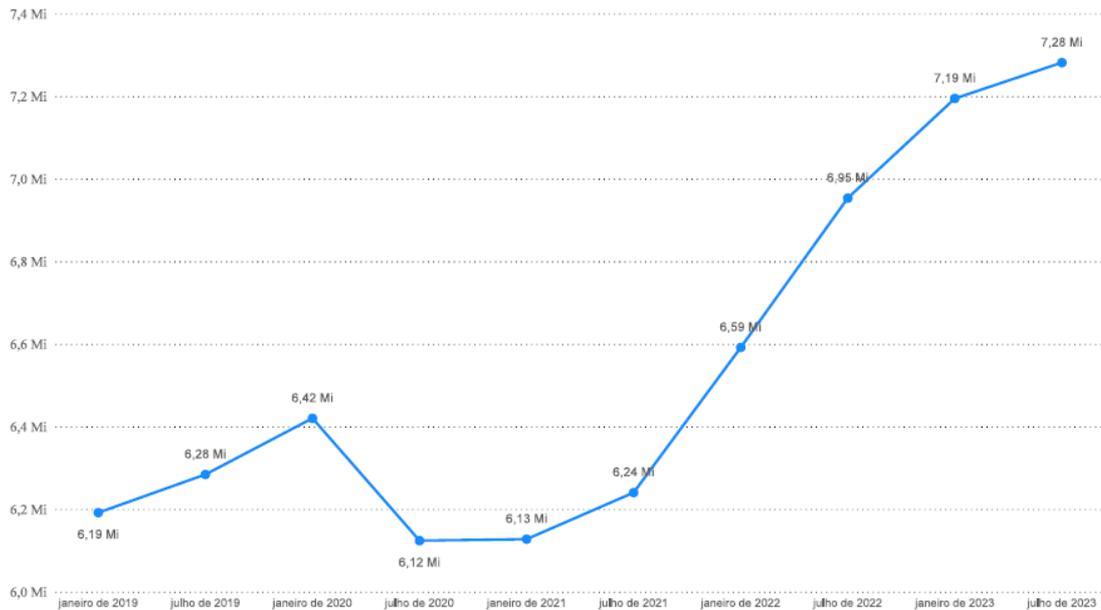
2.5 Dados de inadimplência no Rio de Janeiro

Para validar os estudos apresentados, fez-se necessário realizar uma análise dos dados sobre inadimplência no Rio de Janeiro. Essa análise foi conduzida com base em informações obtidas do site da Serasa Experian. Com o intuito de facilitar a compreensão e a visualização dos dados, foram criados gráficos de linhas que evidenciam os valores relacionados ao grau de inadimplência ao longo dos semestres, abrangendo o período entre janeiro de 2019 e julho de 2023. A escolha do gráfico de linhas para melhor representar os dados obtidos deu-se pelo fato de os gráficos de linhas desempenharem um papel crucial na visualização e na compreensão de tendências e padrões ao longo do tempo. Eles oferecem uma representação visual clara e direta da evolução de dados ou variáveis em função do tempo.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de indivíduos inadimplentes de janeiro de 2019 a junho de 2023. A análise do gráfico revela um aumento de pouco mais de um milhão de pessoas inadimplentes ao longo desse período. Além disso, impactos financeiros

resultaram em uma queda gradativa nos dados a partir de janeiro de 2020, seguida por um subsequente e contínuo aumento que se estende até julho de 2023.

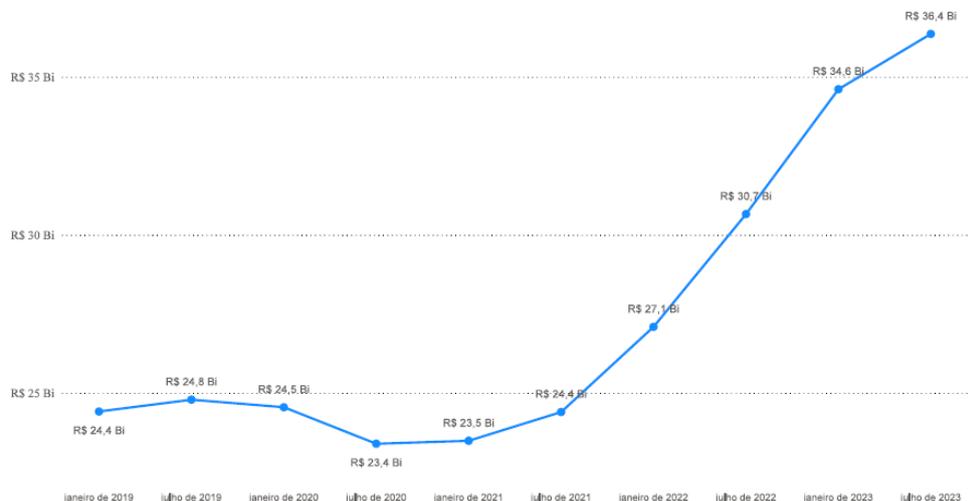
Gráfico 1 - Consumidores Inadimplentes



Fonte: Dados obtidos no site do SERASA Experian, elaborado pelos autores (2023).

Além dos dados já mencionados, o site da Serasa Experian fornece informações relacionadas ao montante da dívida ao longo do período analisado. É possível identificar que a dívida em reais (R\$) saltou de R\$24,4 bilhões para R\$38,4 bilhões, o que representa um aumento de aproximadamente 57,38%.

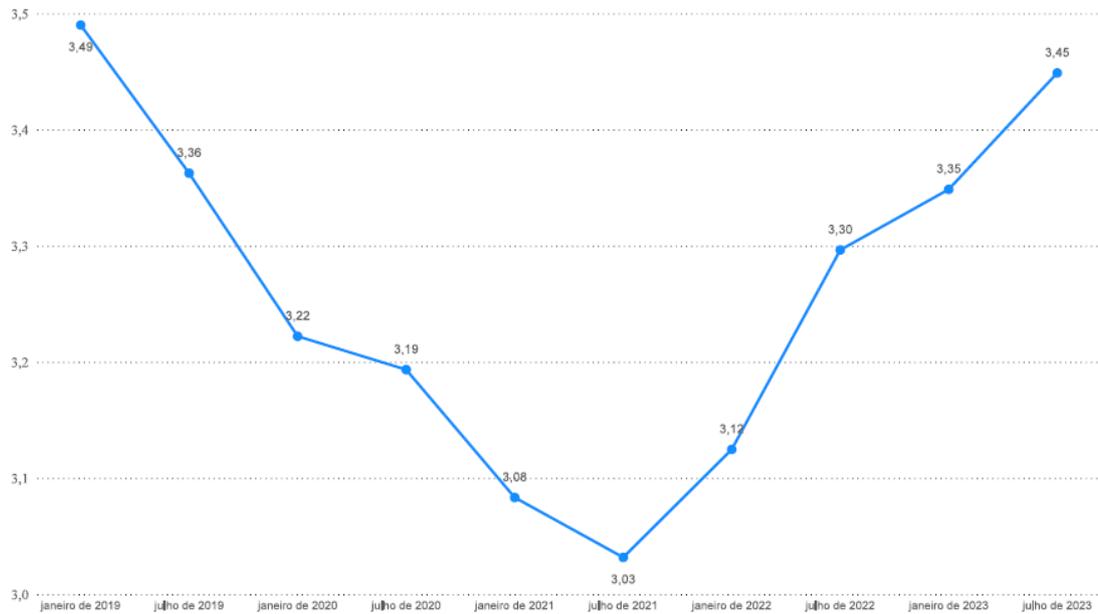
Gráfico 2 - Dívidas Negativas



Fonte: Dados obtidos no site do SERASA Experian, elaborado pelos autores (2023).

Com os dados coletados, pode-se analisar uma queda na quantidade de dívidas por CPF entre janeiro de 2020 e julho de 2021, neste período foi notado uma redução de 3,49 para 3,03. Todavia, após julho de 2021 verificou-se uma reversão de tendência o que ocasionou em um aumento para 3,45 o número de dívidas por CPF em julho de 2023.

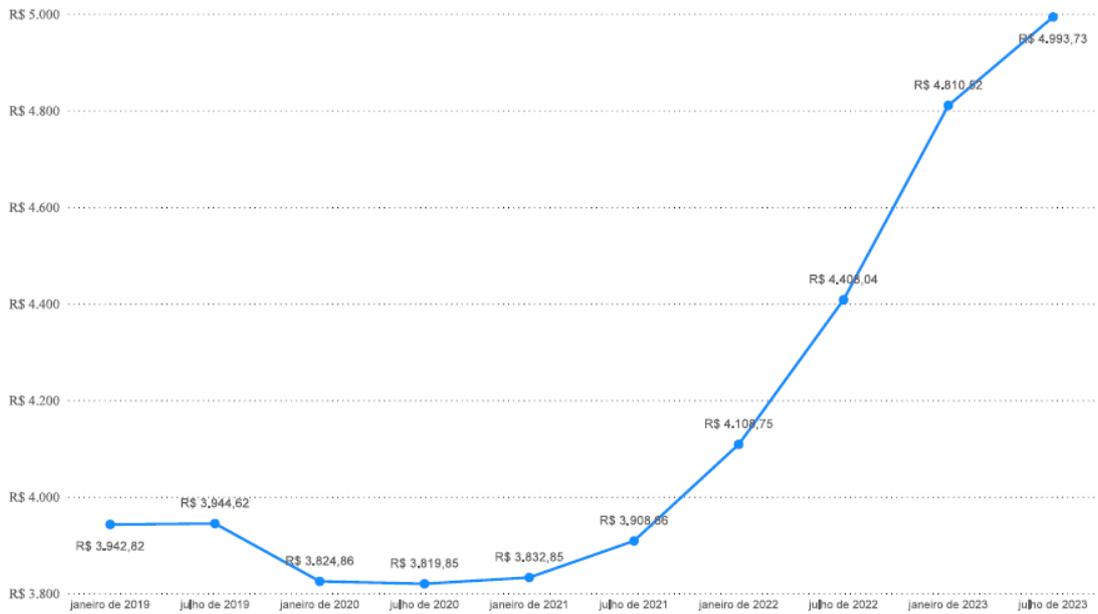
Gráfico 3 - Dívida Média (Por CPF)



Fonte: Dados obtidos no site do SERASA Experian, elaborado pelos autores (2023).

É viável detectar a partir da coleta de dados realizada no site da Serasa Experian que o valor médio da dívida sofreu acentuado aumento no período analisado. Em janeiro de 2019 o valor médio da dívida era de R\$ 3.942,82, este valor manteve-se estável no semestre seguinte. Entre o período de julho de 2019 e janeiro de 2020 podemos observar uma redução seguida de um período de estabilidade até julho de 2021. Em seguida, foi detectada uma tendência de alta, onde o valor médio alcançou R\$4.993,73 em julho de 2023.

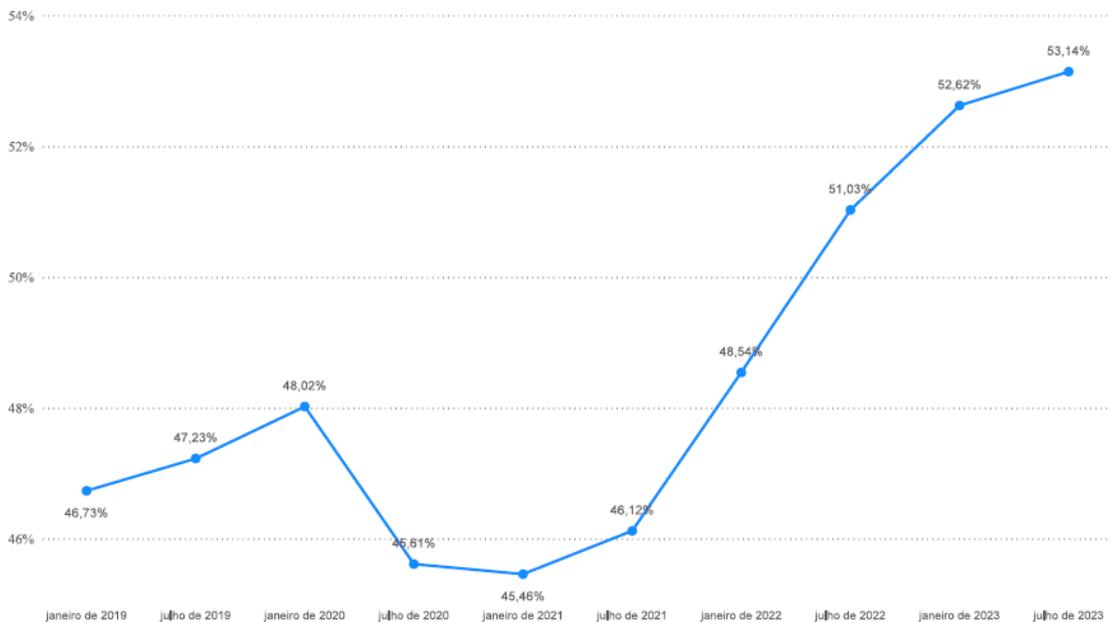
Gráfico 4 - Dívida Média (R\$)



Fonte: Dados obtidos no site do SERASA Experian, elaborado pelos autores (2023).

No período analisado, é possível reconhecer um aumento de inadimplência da população adulta. Entre janeiro de 2019 e janeiro de 2020 houve um avanço da porcentagem, em seguida um período de diminuição que teve fim em janeiro de 2021. Logo após, observamos um período de novo aumento no percentual de inadimplência, no qual, o crescimento foi de 45,46% para 53,14% dos adultos inadimplentes no estado do Rio de Janeiro.

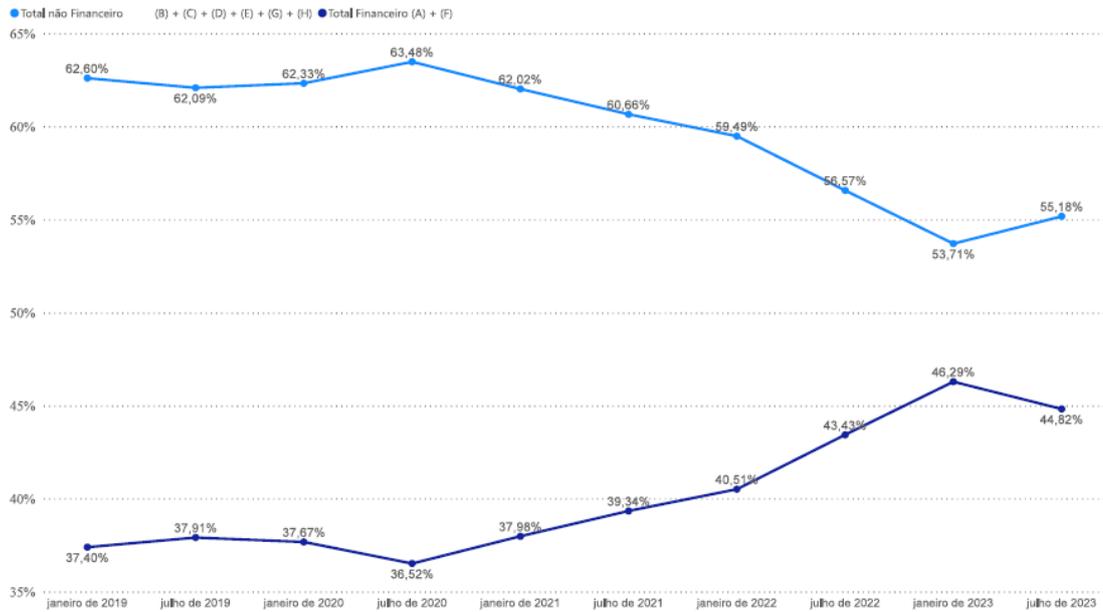
Gráfico 5 - % na População Adulta



Fonte: Dados obtidos no site do SERASA Experian, elaborado pelos autores (2023).

Os dados coletados no Serasa Experian são divididos entre financeiro e não financeiro, onde financeiro representa os setores: Bancos / Cartões e Financeiras; não financeiro representa os setores: Utilities, Telefonia, Varejo, Serviços, Securitizadoras e Outros. Percebe-se que o maior número de Inadimplência está no setor não financeiro, no qual representa mais de 55% do número total.

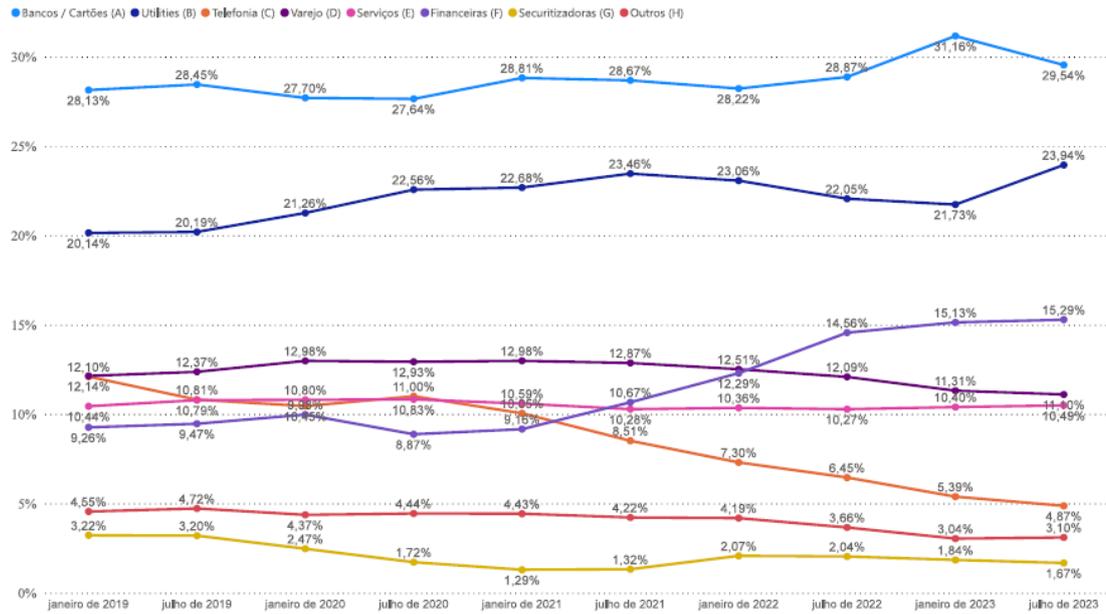
Gráfico 6 - Total não Financeiro e Total Financeiro



Fonte: Dados obtidos no site do SERASA Experian, elaborado pelos autores (2023).

A seguir, é possível analisar a inadimplência entre os diferentes setores. Destaca-se que os setores com maior percentual de inadimplentes no período são Bancos / Cartões e Serviços. Em contrapartida, o setor com maior aumento foi o das Financeiras, no qual nota-se um crescimento de 9,26% para 15,29%, o que representa um aumento de pouco mais de 65% nesta linha de inadimplência.

Gráfico 7 - Setores



Fonte: Dados obtidos no site do SERASA Experian, elaborado pelos autores (2023).

2.6 A evolução da educação financeira no Brasil

Nesta seção apresenta-se, cronologicamente, a evolução de mecanismos e políticas voltadas para a educação financeira no Brasil, de acordo com a Estratégia Nacional de Educação Financeira.

O primeiro passo dado à propagação da educação financeira foi a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o Decreto 7397/2010, publicado no Diário Oficial de União de 22 de dezembro de 2010. A ENEF, por sua vez, foi criada pela CONEF¹ (Comitê Nacional de Educação Financeira) instância responsável pela direção, supervisão e promoção da ENEF no Brasil.

No ano 2011 foi criada AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil), que surgiu com a finalidade de se tornar um ponto de destaque em Educação Financeira no território nacional, difundindo o tema entre variados segmentos da população, desde crianças até idosos. Segundo a ENEF (2023):

A AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil) é uma instituição sem fins lucrativos, qualificada como OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público), que tem como missão promover o

¹ O Conef é formado pelo Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Previdência Social, Ministério da Justiça, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

desenvolvimento social e econômico por meio do fomento da Educação Financeira no Brasil.

O primeiro relatório anual (2012), que por sua vez, traz consigo, os primeiros dados e desenvolvimentos da Estratégia Nacional de Educação Financeira:

- **Projeto Piloto Ensino Médio:** Foi o primeiro mecanismo estruturado pela AEF para a propagação da educação financeira no país. O projeto adotou a criação de material didático para alunos e capacitou os professores. A segunda etapa foi a construção de grupos: grupo de controle (grupo de escolas que não aplicaram o material, mas participaram das etapas de avaliação) e grupo de tratamento (grupo de escolas que aplicaram o material e participaram das etapas de avaliação), foi necessário para obter uma análise a longo prazo. Foi constatado que as atividades propostas nas situações didáticas contribuíram, significativamente, com a elevação de 5%, em 2010, a 7%, em 2011, da proficiência financeira dos alunos, em relação aos estudantes do grupo de controle que só participaram das avaliações.
- **Implantação do Projeto Piloto no Ensino Fundamental:** Foi importante entender que, para a construção da educação financeira nos alunos, o tema deveria ser explorado com atividades voltadas para as situações reais do cotidiano, a capacidade de organização tanto financeira quanto decisões de consumo e poupança. Em decorrência disso, foram criados livros didáticos para alunos e professores, visando uma geração mais consciente financeiramente. O projeto tinha como meta, a aplicação em 820 escolas públicas espalhadas nas cinco regiões brasileiras, com o objetivo de envolver 7.380 professores e 164.000 alunos.
- **Projeto futuro:** Nesse momento, ainda não fora implantado nenhum plano para a educação financeira dos adultos, mas a AEF já reconhecia a necessidade dessa inclusão.

Em 2013 o relatório anual disponibiliza uma série de informações pertinentes a disseminação da educação financeira. Os projetos da ENEF ganharam patrocínio de cinco instituições privadas (Serasa Experian, Banco Itaú, Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo, Instituto Unibanco e Fundação Itaú Social), além disso, foram efetivadas três parcerias com os seguintes ministérios: Ministérios da Educação, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social. A seguir será apresentado alguns tópicos relevantes do relatório de 2013:

- 1º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira: Constitui-se por um levantamento dos programas ou ações relacionadas à educação financeira, incluindo os recursos educacionais sem custos oferecidos por diversas entidades (governamentais, empresariais e organizações sociais) e indivíduos à população brasileira, com o apoio da Serasa Experian. No primeiro ano do mapeamento, de setembro a novembro de 2013, foram reconhecidas 803 ações, é considerado um avanço, pois, em 2010 (ano que a educação financeira recebeu status de política nacional) foram registradas apenas 100 iniciativas voltadas ao ensino da população. Das 803 ações, 317 iniciativas foi integralmente registrado de forma voluntária, por meio do preenchimento autônomo de um formulário disponível no site www.vidaedinheiro.gov.br. Esse número representa 40% do total de ações, constituindo assim uma amostra representativa consolidada no mapeamento. A análise desses dados revela conclusões relevantes, destacando, por exemplo, que 56% das iniciativas mapeadas são totalmente gratuitas.
- Educação Financeira no Ensino Médio e Fundamental: No que tange o projeto piloto abordado anteriormente, houve uma disseminação, ou seja, se antes somente algumas escolas participaram, nesse momento, o projeto se tornou eficiente para as secretarias de educação, aderirem ao programa, um total de 2.969 escolas estariam aptas a receber os kits com os materiais didáticos do CONEF. Perante a educação financeira no ensino fundamental o programa ainda se encontrava em fase de captação de recurso.
- Programa de Educação Financeira para Adultos: Ao longo de 2013 e início de 2014, o projeto estava em fase de estudos, coleta de dados e domínio do conhecimento da população. Desenvolvido, o programa estabeleceu objetivos, como por exemplo: mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e aposentados com renda de até dois salários-mínimos. O ensino por parte das mulheres seria focado em gestão do orçamento familiar e planejamento a longo prazo, ou seja, seria concedido uma significativa estrutura para seu projeto de vida. Em relação aos aposentados, a educação visa evitar dívidas excessivas e proteger contra os riscos do crédito consignado.

No relatório anual de 2014 da AEF, foram apresentadas novas medidas consideráveis para o incentivo a educação financeira:

- O 1º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, fez um levantamento devasto de projetos e tecnologias educacionais voltados para a educação financeira e evidenciando assim, alguns segmentos que se formaram:
 - Educação Financeira para o Futuro: representando 31% do universo mapeado, tem como objetivo o ensino de crianças e jovens;
 - Democratização da Educação Financeira: representando 25% do universo mapeado, tem por sua vez, o enfoque em disseminar os principais temas financeiros para a população no geral;
 - Consultorias Especializadas: que ocupa 24% do mapeamento, tendo como propósito atingir grupos específicos e vender treinamentos e consultorias;
 - Empresas Privadas com Foco no Mercado de Atuação: com 20% de ocupação do mapa, define-se por instituições que tem como objetivo qualificar seus mercados e suprir seus clientes e demais stakeholders.
- O Programa de Disseminação do Ensino Médio: Contou com três formatos: Assistido, Aberto e Parceria.
 - Formato Assistido: Houve adesão de apenas seis estados, com ações de formação para professores e multiplicadores. Com base no método capacitação presencial alcançou 247 multiplicadores, revelando dados positivos sobre o comportamento financeiro;
 - Formato Aberto: Tendo como objetivo o acesso a conteúdo de livros, contou com o lançamento de uma plataforma online em 2014, que atingiu 1343 usuários até dezembro;
 - Formato Parcerias: Obteve uma autorização para a adoção do programa em escala, com isso, o Sebrae e a Fundação Bradesco aderiram ao programa, aplicando-o em escolas e buscando expansão em 2015 e 2016, respectivamente.
- Projeto Piloto Ensino Fundamental: No ano de 2014, houve muitas incertezas perante a captação de recursos, tanto que o projeto sofreu redimensionamento para diminuir seu orçamento. Com novo projeto apresentado ao CONEF, a aprovação foi efetivada, para se realizar em dois municípios brasileiros, envolvendo 20.000 alunos e 1.800 professores.

- O Programa Educação Financeira de Adultos: Alcançou notáveis avanços. Inicialmente, com o apoio financeiro da AEF-Brasil, foi concluída a primeira fase, que identificou quatro padrões comportamentais por meio de entrevistas detalhadas com cerca de 100 mulheres do Bolsa Família e 100 aposentados em situação de superendividamento em 20 municípios brasileiros. Esses resultados foram apresentados em março aos Ministérios do Desenvolvimento Social e da Previdência, bem como em abril à Comissão Permanente. Adicionalmente, graças ao patrocínio inicial da Citi Foundation, foi possível iniciar a criação dos primeiros protótipos e realizar testes com os primeiros 1000 beneficiários, sendo 500 de cada grupo. O programa também obteve aprovação para uma nova doação da Citi Foundation e do BID, assegurando o financiamento total do projeto, que tinha previsão de conclusão até dezembro de 2016.

Com base no relatório anual de 2015, nota-se uma evolução nos programas antes mencionados. Com as empresas fechando parcerias com a AEF, os investimentos foram aplicados em comunicação e planejamento.

- Programa no Ensino Médio: Avançou de acordo com o Plano de Trabalho 2014-2015 mantendo seus 3 formatos, porém com modificações em seu desempenho:
 - O formato Assistido, faz com que 2969 escolas recebessem materiais impressos do MEC, sendo acompanhadas por capacitações presenciais e a distância coordenadas pela AEF-Brasil. A adesão das Secretarias Estaduais de Educação foi estimulada por reuniões, encontros de formação e contatos diretos com escolas, resultando em 4709 professores e gestores cadastrados no Ambiente de aprendizagem;
 - No modelo Aberto, a plataforma online, lançada em maio de 2014, atraiu 6043 acessos e 5617 cadastros até a conclusão do relatório em 2015. Este formato mostrou eficaz na democratização do acesso aos conteúdos educativos sobre educação financeira;
 - Em Parcerias, o programa estabeleceu uma colaboração com a Mackenzie para a disseminação do material nas escolas da rede a partir de 2016, com a assinatura do Termo de Parceria em novembro de 2015.
- Projeto Piloto Ensino Fundamental: Teve seu início em dois municípios, Joinville e Manaus. Seguindo o mesmo modelo de divisão de grupos como citado anteriormente. Com a finalização do projeto para 2016, ficaram previstas a distribuição dos materiais educativos.

- Programa Educação Financeira para Adultos: Em 2015, o segundo ciclo foi realizado envolvendo duas rodadas de testagem dos protótipos desenvolvidos. A testagem abrangeu 1625 mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e 1500 aposentados com renda de até dois salários-mínimos. As atividades ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, João Pessoa, Amazonas, Piauí, Paraíba e Maranhão. Os temas abordados nos conteúdos de educação financeira incluíram Cidadania e Consumo Responsável, Reservas (poupança) e Investimento, Crédito, Autonomia, Prevenção e Proteção, e Mudança de Condição de Vida. A coleta de dados durante o ciclo permitirá a elaboração de um material, destacando insights e evidências apresentadas pelos dois públicos. Esses resultados foram compartilhados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e do Trabalho e Previdência Social.

Ao longo de 2016, o relatório nos mostra um cenário bem complicado perante a economia brasileira, com a queda do PIB (Produto Interno Bruto) em 7%, é natural que condições que já não fossem favoráveis, se tornaram mais complexas, porém é nesse momento que a educação financeira deve ter seu papel de importância no ensino. Ademais, o relatório nos apresenta dados dos projetos já inclusos:

- Projeto Ensino Médio: No encerramento de 2016, 2.734 escolas e 8.393 professores do país foram abrangidos, por consequência, alunos envolvidos são multiplicadores de conhecimento em seus lares.
- Projeto Ensino Fundamental: Com o projeto se iniciando em 2015, o alcance é um pouco menor do que o Projeto Ensino Médio, participando somente 201 escolas, atingindo em torno de 14.886 alunos.
- Projeto Educação Financeira para Adultos: Foram criadas novas tecnologias, com o objetivo de entender e provocar mudanças de comportamento nos grupos selecionados. A meta na época era que assim que testadas, poderiam ser propagadas em todo o país, buscando influenciar 4.000 mulheres do Programa Bolsa Família e 4.000 aposentados com renda inferior a 2 salários-mínimos.

Além da estrutura já estabelecida, AEF conseguiu fortalecimento com uma parceria estratégica com a TV Escola, um canal de televisão do Ministério da Educação, destinado a todos que se interessassem, o objetivo é adotar o ensino já presente nos materiais de forma lúdica.

Em 2017, AEF celebrou a aprovação da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entre os temas transversais a serem adotados nos currículos das escolas brasileiras. Outras atualizações na estrutura do ensino foram:

- Ambiente virtual: O principal desafio da associação neste ano, foi a criação do Ecosistema de Educação Financeira, abrangendo um ambiente virtual com ferramentas interativas, e espaço para compartilhamento de experiências;
- Websérie: Um ponto verdadeiramente significativo, foi a formação de uma Websérie (uma série lançada através da internet). Com uma proposta mais moderna, a série denominada “R\$100 Neuras” narra o desafio de uma jovem com o controle de gastos e despesas, ensinando uma administração correta do dinheiro;
- Projeto Educação Financeira para Adultos: Tornou-se o “projeto transformador”, pois, com a avaliação de impacto social, foi possível ver que o programa possibilitou uma diminuição na quantidade de inadimplentes, reduzindo de 21% para 9%. Após participar das oficinas, 91% começaram a quitar suas pendências, uma porcentagem que previamente estava limitada a 77%.

O último plano de ação publicado pela AEF- Brasil, disponibilizado pelo site oficial da ENEF é o Plano de Ação 2017-2018. As ações propostas englobam:

- Campanhas de comunicação;
- polos de formação para docentes;
- uma plataforma integradora de educação financeira;
- um game sobre educação financeira.

A TV Escola, foi parceira no desenvolvimento de três elementos descritos anteriormente, para alcançar milhões de brasileiros, o método foi utilizar diferentes plataformas de tecnologia.

No relatório anual de 2018 da AEF, foram apresentados dados significativos para a educação financeira no Brasil, dentre eles estão:

- Projeto Itinerante: nas 65 oficinas realizadas em 37 municípios brasileiros, o projeto capacitou um pouco mais de 1.500 professores, ultrapassando assim, a meta inicial de 500 docentes.

- Ocorreu o 2º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira: no total foram 1.300 iniciativas em todo o Brasil, um aumento de 72% no número em relação ao 1º Mapeamento, que ocorreu em 2013.
- Programa de Educação Financeira para Adultos: As oficinas denominadas “futuro na mão” abrangeram 620 CRAs (Centro de Referência de Assistência Social) de aproximadamente 300 municípios em 24 estados.

Uma das estratégias de 2018 foi o lançamento do jogo “Tá o\$\$o” onde busca-se com educação e entretenimento criar raízes profundas sobre a educação financeira, o jogo estimula a mudança de hábito para desenvolvimento no longo prazo da vida dos alunos.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da pesquisa

A pesquisa em questão baseia-se na análise dos fenômenos que envolvem o uso de crédito e sua relação com a educação financeira, buscamos através de sites como: SERASA Experian, Site Oficial da ENEF, Vida e Dinheiro e Banco Central do Brasil identificar, registrar e analisar suas causas, tendo como preocupação a determinação de seus fatores. No que diz respeito a pesquisa quantitativa, “considera tudo que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.69).

A metodologia de pesquisa quantitativa é um formato de pesquisa social que tem como base a quantificação e a coleta de informações, por meio recursos estatísticos, como porcentagem, moda, média, mediana, coeficiente de correlação, desvio-padrão, análise de regressão, entre outros. (MICHEL, 2005)

Quanto aos meios, a primeira forma de pesquisa utilizada foi a bibliográfica. Através da literatura disponível sobre o tema em diversos recursos, como livros, teses, artigos etc. É na pesquisa bibliográfica que encontramos forte embasamento teórico com dados previamente trabalhados e pesquisadores apropriadamente registrados (SEVERINO, 2016)

Em complemento, a segunda técnica executada à pesquisa foi observação direta extensiva, no qual aplicamos um questionário estruturado com perguntas representativas ao objeto de estudo. No entendimento de Marconi e Lakatos (2017, p. 243) entende-se que o “questionário: constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador.”

Considerando os aspectos analisados observa-se que a seguinte pesquisa possui uma abordagem de cunho explicativo, pois segundo Gil (2002, p.42),” essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.”. Ademais, Severino (2017, p.148) aponta que “a pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas[...]”.

Além disso, considerando as variáveis a serem analisadas no tocante à educação financeira e o nível de endividamento familiar, tem-se que suas causas e consequências impactam diretamente a realidade social, e de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.53), “a pesquisa explicativa apresenta como objetivo primordial a necessidade de aprofundamento da realidade, por meio da manipulação e do controle de variáveis, [...] para, em seguida, estudá-lo em profundidade.”

4 COLETA DE DADOS

Nesta seção, serão apresentados e analisados os resultados provenientes de questionamentos realizados acerca das perspectivas de uma parte da população do estado do Rio de Janeiro em relação ao entendimento e à relevância atribuída à educação financeira.

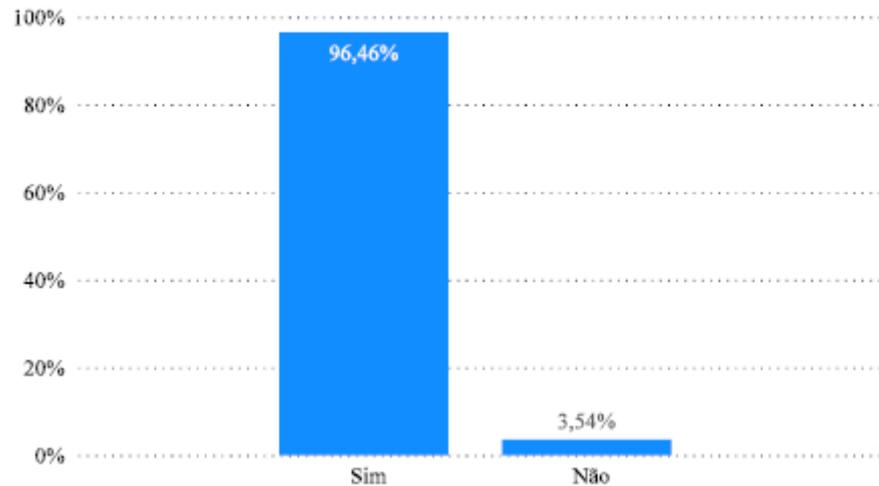
Com o intuito de aprofundar a compreensão do problema de pesquisa inicialmente abordado, a pesquisa atendeu ao estado do Rio de Janeiro, cuja população é de 16.055.174 (de acordo com o censo 2022). Utilizou-se um questionário com perguntas fechadas através da ferramenta Google Formulários, para fazer os seguintes questionamentos aos respondentes:

1. Você reside no Estado do Rio de Janeiro?
2. Qual a sua idade? Por favor, utilize as faixas etárias.
3. Qual o seu grau de escolaridade?
4. Qual faixa de renda é compatível com sua realidade? Considere que o salário-mínimo atualmente no Brasil é de: R\$ 1.320,00.
5. A discussão sobre a educação financeira nas mais variadas esferas (escolas, ambiente familiar, no trabalho) traz impactos na vida do ser humano. Qual seu grau de concordância com essa afirmação? Por favor, indique 1 para discordar completamente a 5 para concordar completamente.
6. Você considera a educação financeira nas escolas uma ferramenta importante para formação de um cidadão? Por favor, indique 1 para considerar irrelevante a 5 para muito relevante.

<p>7. Algumas instituições disponibilizam cursos gratuitos referentes a educação financeira, o quanto você acredita que a realização de um curso pode beneficiar sua gestão financeira? Por favor, indique 1 para considerar sem benefícios a 5 para muito benéfico.</p>
<p>8. Ao pensar em custos do cotidiano é normal que se pense de forma ampla sobre receitas e despesas, para nos auxiliar, existem ferramentas de controle de gastos como planilhas de Excel, Planners financeiros etc. Com qual grau de uso esse tipo de ferramenta, em seu dia a dia, se faz necessário para controle de gastos? Por favor, indique em uma escala de 1 para desnecessário a 5 para muito necessário.</p>
<p>9. Em uma escala de 1 a 5, onde 1 indica 'Nunca precisei renegociar dívidas' e 5 indica 'Frequentemente precisei renegociar dívidas', qual é a sua experiência em relação à necessidade de renegociar dívidas do cotidiano com o seu banco?</p>
<p>10. Na sua opinião, o uso inadequado de crédito pode aumentar a probabilidade de uma pessoa se tornar inadimplente? Isso se refere a situações em que as pessoas usam crédito excessivamente ou não entendem os termos e as taxas associadas ao crédito. Por favor, indique seu nível de concordância em uma escala de 1 discordo totalmente a 5 concordo totalmente.</p>
<p>11. Qual é a sua opinião sobre a relação entre a inadimplência e a falta de conhecimento financeiro? Você acredita que as pessoas que não compreendem bem finanças pessoais têm maior probabilidade de se tornarem inadimplentes? Por favor, indique seu nível de concordância em uma escala de 1 discordo totalmente a 5 concordo totalmente.</p>
<p>12. Você acredita que a falta de educação financeira pode levar as pessoas a tomar decisões financeiras impulsivas, como assumir dívidas excessivas ou comprar itens caros sem considerar suas capacidades financeiras? Por favor, indique seu nível de concordância em uma escala de 1 discordo totalmente a 5 concordo totalmente.</p>

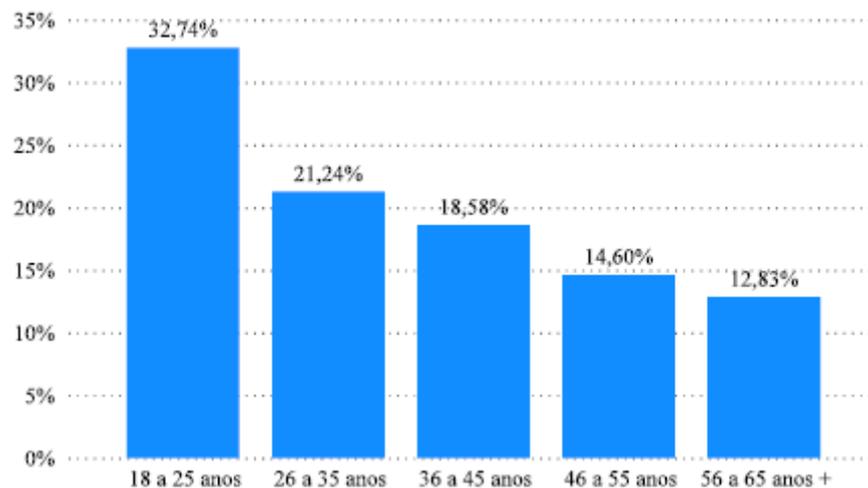
Elaborado pelos autores (2023).

O questionário foi disponibilizado via Google forms, no período de 26 de outubro de 2023 a 14 de novembro de 2023, o questionário foi respondido por um total de 223 pessoas. Para iniciar, foi perguntado aos respondentes se eles residiam no Rio de Janeiro, sua faixa etária, o grau de escolaridade e sua faixa de renda, conforme Gráficos 8, 9, 10 e 11.

Gráfico 8 - Você reside no Estado do Rio de Janeiro?

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

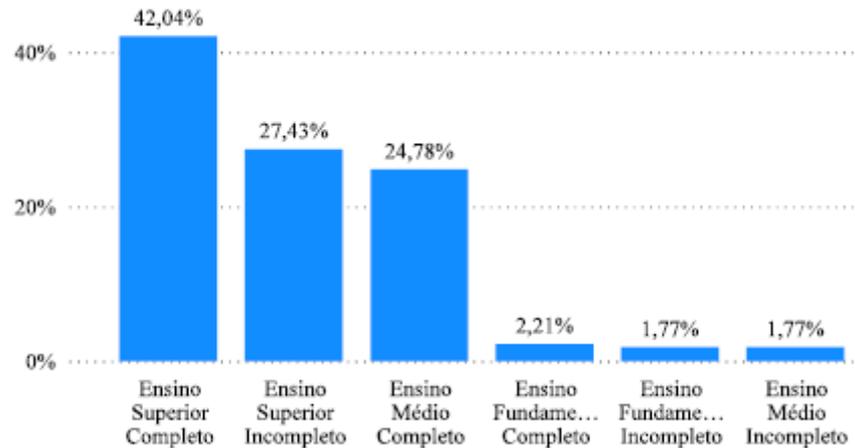
O gráfico 8 demonstra o resultado de participação dos respondentes em relação a sua residência. Observa-se que 218 (96,46%) dos respondentes residem no estado do Rio de Janeiro, enquanto apenas 8 (3,54%) residem em outra localidade.

Gráfico 9 - Qual a sua idade?

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

O gráfico 9 aponta a faixa etária dos respondentes. Com base nos resultados obtidos, pode-se observar que a maior concentração de respondentes está na faixa etária entre 18 e 25 anos. Os resultados apontam que, 74 (32,74%) tem entre 18 e 25 anos, 48 (21,24%) tem entre 26 e 35 anos, 42 (18,58%) possuem entre 36 e 45 anos, 33 (14,60%) possuem entre 46 e 55 anos e 29 (12,83%) possuem idade igual ou superior a 56 anos de idade.

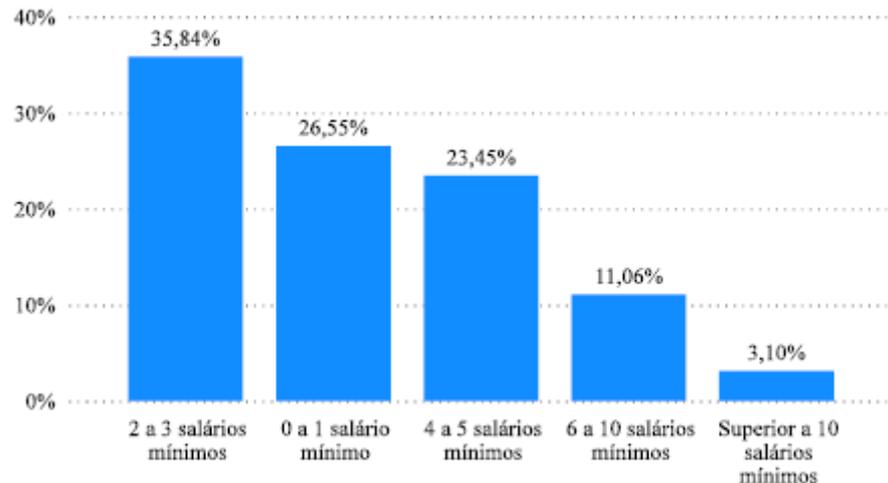
Gráfico 10 - Qual o seu grau de escolaridade?



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

O gráfico 10 apresenta o nível de escolaridade dos respondentes. Os resultados obtidos mostram que 95 (42,04%) dos respondentes têm ensino superior completo, 62 (27,43%) possuem ensino superior incompleto, 56 (24,78%) dispõem de ensino médio completo, 5 (2,21%) têm ensino fundamental completo, 4 (1,77%) possuem ensino fundamental incompleto e 4 (1,77%) possuem ensino médio incompleto.

Gráfico 11 - Qual faixa de renda é compatível com sua realidade?

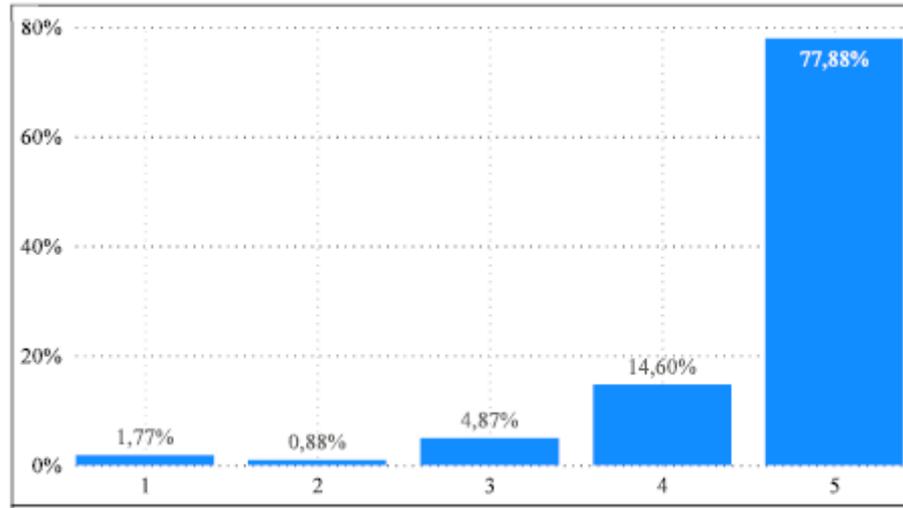


Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

O gráfico 11 expõe a faixa de renda entre os respondentes. Pode-se notar que o maior índice de respondentes está enquadrado entre 2 e 3 salários-mínimos. Os resultados mostram que 81 (35,84%) dos respondentes possuem renda entre 2 e 3 salários-mínimos, 60 (26,55%) têm renda entre 0 e 1 salário mínimo, 53 (23,45%) possuem renda entre 4 e 5 salários mínimos, 25 (11,06%) têm renda entre 6 e 10 salários mínimos e 7 (3,10%) dispõem de renda superior a 10 salários mínimos.

O gráfico a seguir mostra o resultado quando proposto aos respondentes uma análise sobre a importância da discussão sobre educação financeira em diferentes âmbitos do cotidiano. O resultado foi o seguinte:

Gráfico 12 - A discussão sobre a educação financeira nas mais variadas esferas (escolas, ambiente familiar, no trabalho) traz impactos na vida do ser humano.

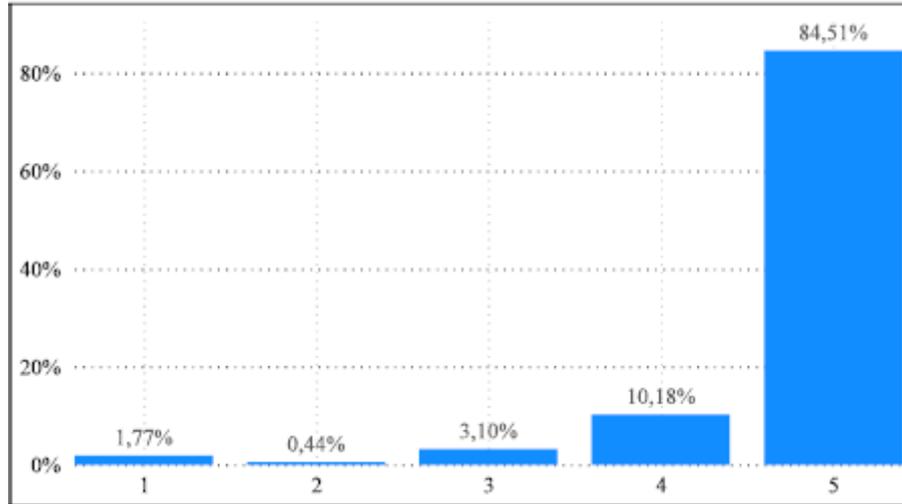


Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

O Gráfico 12 demonstra o resultado da análise frente a importância da discussão sobre a educação financeira nas mais variadas esferas (escolas, ambiente familiar, no trabalho), trazerem impactos na vida do ser humano. Foi solicitado ao respondente o nível de concordância onde 1 para discordar completamente a 5 para concordar completamente. O resultado observado foi que 176 (77,88%) dos participantes concordam completamente que a discussão sobre educação financeira em diferentes âmbitos traz impactos, enquanto 33 (14,60%) concordam, 11 (4,87%) concordam parcialmente, 2 (0,88%) discordam parcialmente e 4 (1,77%) discordam totalmente.

O gráfico a seguir irá expor a percepção dos respondentes quanto a importância da educação financeira nas escolas.

Gráfico 13 - Você considera a educação financeira nas escolas uma ferramenta importante para formação de um cidadão?

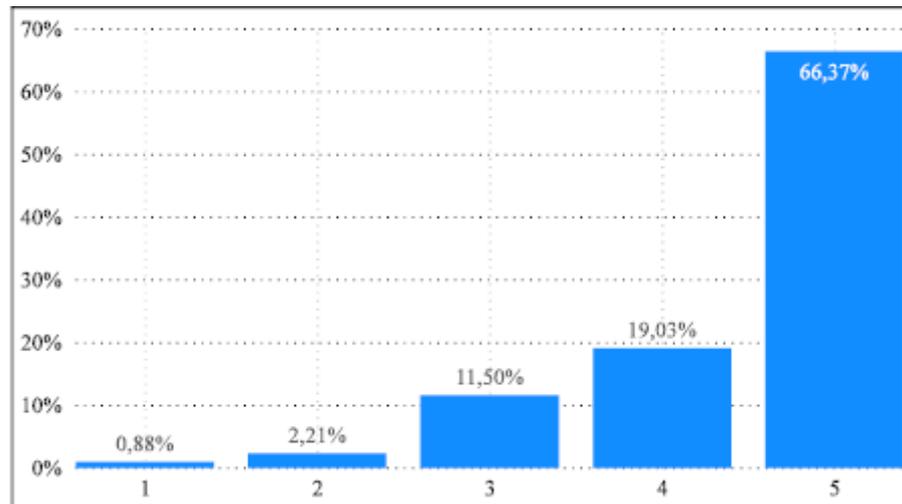


Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No gráfico 13 temos o questionamento sobre a importância da educação financeira nas escolas para formação de um cidadão. Em uma escala de 1 a 5, foi solicitado que o respondente indicasse 1 para considerar irrelevante e 5 para muito relevante. Os resultados demonstram que 191 (84,51%) dos respondentes consideram muito relevante a educação financeira para a formação de um cidadão, enquanto 23 (10,18%) consideram relevante, 7 (3,10%) razoavelmente relevante, 1 (0,44%) pouco relevante e 4 (1,77%) irrelevante.

O próximo gráfico irá demonstrar a perspectiva dos respondentes quanto o benefício presente na realização de cursos para gestão financeira.

Gráfico 14 - Algumas instituições disponibilizam cursos gratuitos referentes a educação financeira, o quanto você acredita que a realização de um curso pode beneficiar sua gestão financeira?

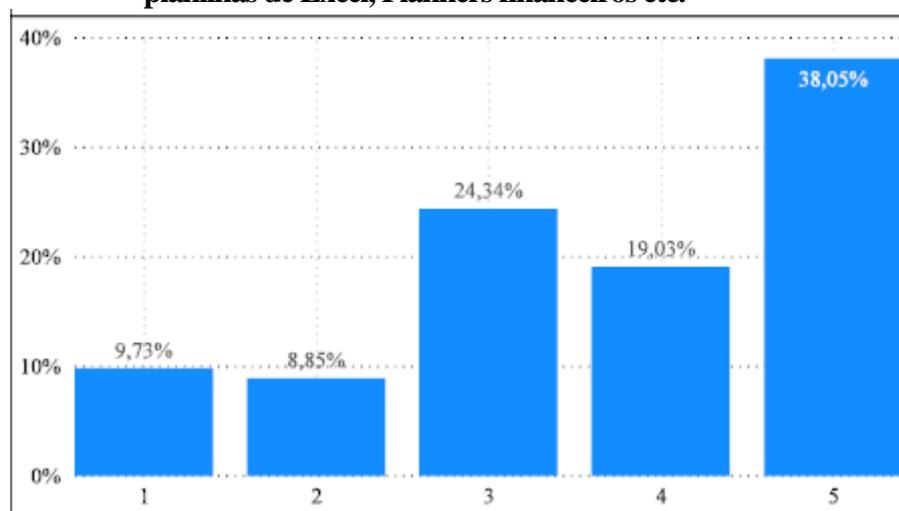


Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No gráfico 14 foi questionado aos respondentes em uma escala de 1 a 5, onde 1 considera sem benefícios a 5 para muito benéfico, o quanto os respondentes acreditam que a realização de cursos pode beneficiar a gestão financeira. Nota-se que, 150 (66,37%) dos respondentes acreditam que realizar um curso pode ser muito benéfico a gestão financeira, ao mesmo tempo que 43(19,03%) acreditam ser benéfico, 26 (11,50%) pouco benéfico, 5 (2,21%) razoavelmente benéfico e 2 (0,88%) não observam benefícios.

O gráfico a seguir irá apresentar a necessidade dos respondentes em utilizar ferramentas para controle de gastos.

Gráfico 15 - Ao pensar em custos do cotidiano é normal que se pense de forma ampla sobre receitas e despesas, para nos auxiliar existem ferramentas de controle de gastos como planilhas de Excel, Planners financeiros etc.

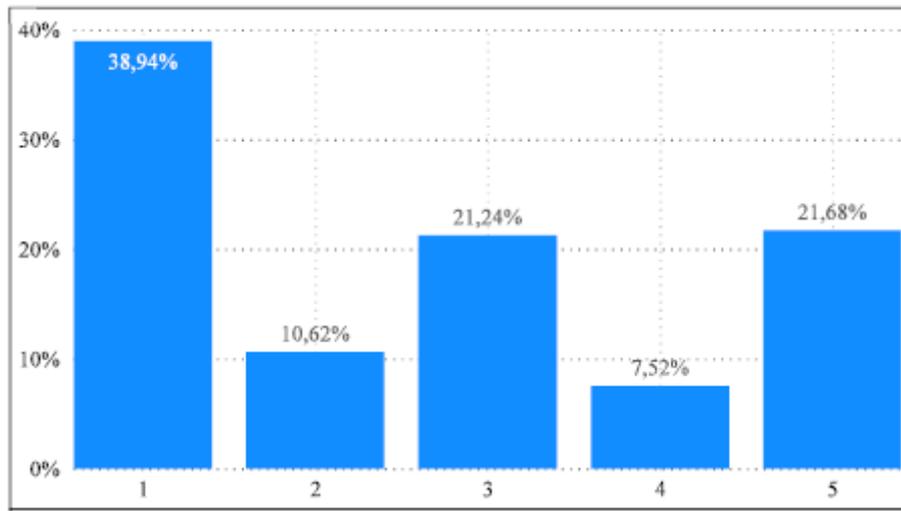


Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

O gráfico 15 apresenta a perspectiva dos respondentes sobre a utilização de ferramentas no cotidiano para auxiliar no controle de gastos. Foi solicitado qual o grau de necessidade em uma escala de 1 para desnecessário a 5 para muito necessário. Revela-se que 86 (38,05%) dos participantes consideram muito necessário o uso destas ferramentas, ao passo que 43 (19,03%) consideram necessário, 55 (24,34%) pouco necessário, 20 (8,85%) razoavelmente necessário e 22 (9,73%) consideram desnecessário.

O gráfico a seguir irá demonstrar a experiência do respondente quanto a renegociação de dívidas do cotidiano.

Gráfico 16 - Qual é a sua experiência em relação à necessidade de renegociar dívidas do cotidiano com o seu banco?

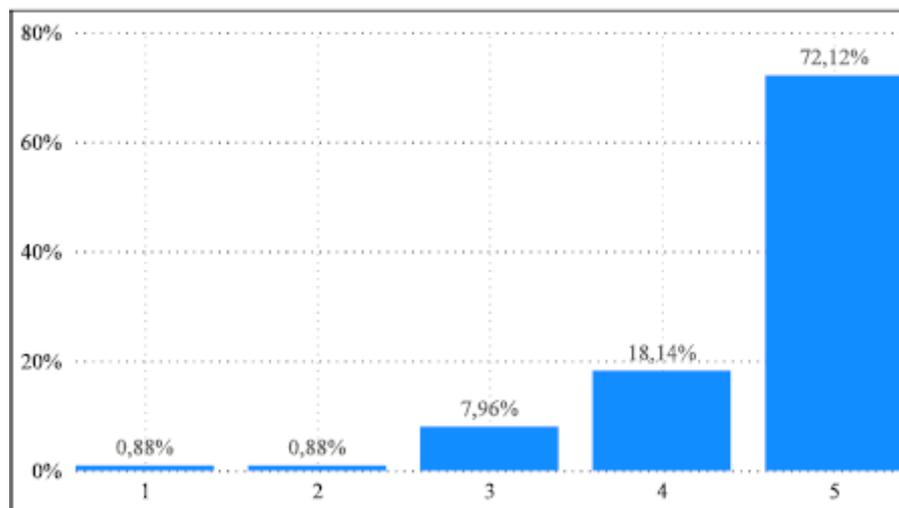


Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No gráfico 16 podemos verificar os resultados obtidos acerca da necessidade de renegociar dívidas do cotidiano. Foi solicitado através de uma escala de 1 a 5, onde 1 indica que nunca foi necessário renegociar dívidas e 5 indica que frequentemente renegociam dívidas. Nota-se que 49 (21,68%) frequentemente renegociam dívidas, enquanto 17 (7,52%) as vezes renegociam dívidas, 48 (21,24%) ocasionalmente renegociam dívidas, 24 (10,62%) raramente renegociam e 88 (38,94%) nunca renegociaram dívidas.

O próximo gráfico irá apontar a opinião do respondente sobre a correlação entre o uso inadequado de crédito e o aumento da inadimplência.

Gráfico 17 - Na sua opinião, o uso inadequado de crédito pode aumentar a probabilidade de uma pessoa se tornar inadimplente? Isso se refere a situações em que as pessoas usam crédito excessivamente ou não entendem os termos e as taxas associadas ao crédito.

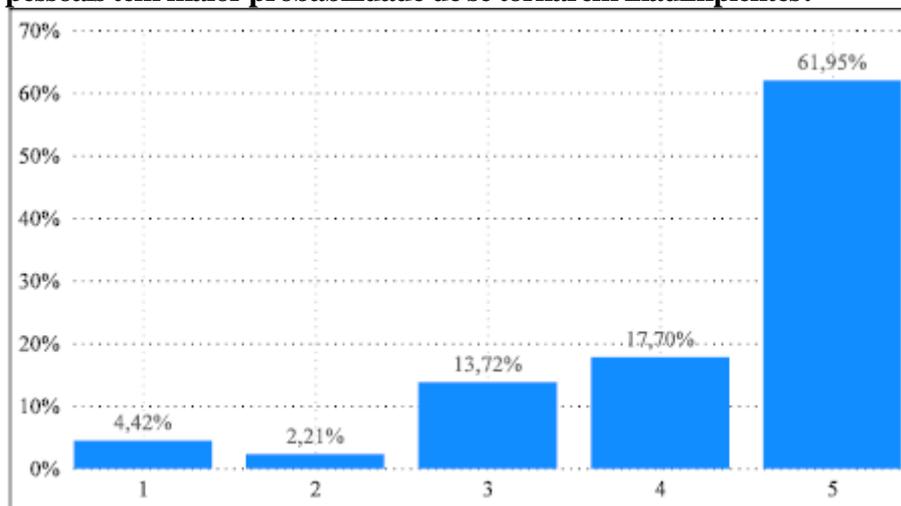


Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Para construção do gráfico 17, foi solicitado aos respondentes sua opinião acerca do uso inadequado de crédito e a chance de aumento na probabilidade de uma pessoa se tornar inadimplente. Em uma escala 1 a 5, onde 1 representa “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente”. Percebe-se que 163 (72,12%) respondentes concordam totalmente que o uso inadequado do crédito aumenta a probabilidade de as pessoas tornarem-se inadimplentes, enquanto 41 (18,14%) concordam, 18 (7,96%) concordam parcialmente, 2 (0,88%) discordam parcialmente e 2 (0,88%) discordam totalmente.

O gráfico a seguir mostra a opinião do respondente sobre a relação entre inadimplência e falta de conhecimento financeiro.

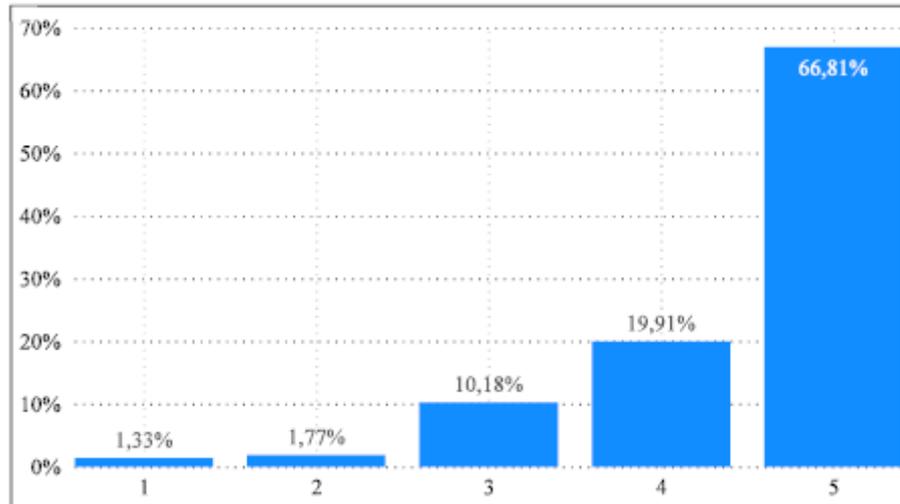
Gráfico 18 - Qual é a sua opinião sobre a relação entre a inadimplência e a falta de conhecimento financeiro? Você acredita que as pessoas que não compreendem bem finanças pessoais têm maior probabilidade de se tornarem inadimplentes?



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No gráfico 18 apresenta a indagação sobre a relação entre inadimplência e falta de conhecimento financeira. Os respondentes foram questionados sobre sua crença em que as pessoas que não compreendem bem finanças pessoais têm maior probabilidade de se tornarem inadimplentes. Em uma escala de 1 a 5 onde 1 representa “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente”. Obteve-se o resultado de que 140 (61,95%) dos respondentes concordam totalmente que a falta de conhecimento financeiro tem relação com a inadimplência, ao mesmo tempo que 40 (17,70%) concordam, 31 (13,72%) concordam parcialmente, 5 (2,21%) discordam parcialmente e 10 (4,42%) discordam totalmente.

Gráfico 19 - Você acredita que a falta de educação financeira pode levar as pessoas a tomar decisões financeiras impulsivas, como assumir dívidas excessivas ou comprar itens caros sem considerar suas capacidades financeiras?



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No gráfico 20 aborda-se a correlação entre a falta de educação financeira e a tomada de decisões financeiras de forma impulsivas. Foi solicitado aos respondentes que informassem seu grau de concordância com a correlação através de uma escala de 1 a 5, em que 1 representa “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente”. Temos que 151 (66,81%) concordam totalmente que a falta de educação financeira pode levar a tomada de decisão de forma impulsiva, enquanto 45(19,91%) concordam, 23 (10,18%) concordam parcialmente, 4 (1,77%) discordam parcialmente e 3 (1,33%) discordam totalmente.

Contudo, fica evidente que os dados e informações coletadas nos permitem verificar que os respondentes analisados nesta pesquisa são em sua maioria residentes no estado do Rio de Janeiro, com faixa etária entre 18 e 25 anos de idade, com ensino superior completo e com renda mensal entre 2 e 3 salários-mínimos. Em sua maioria, nota-se que, os respondentes julgam importante a discussão sobre educação financeira em diferentes âmbitos da vida, acreditam que o ensino de educação financeira nas escolas é uma importante ferramenta de formação de um cidadão. Podemos observar que os respondentes reconhecem que a realização de cursos pode beneficiar a gestão financeira, também consideram necessária a utilização de ferramentas para apoiar no controle de gastos no dia a dia. A maior parcela dos respondentes nunca renegociou dívidas, acreditam que o uso inadequado de crédito aumenta a probabilidade de inadimplência e reconhecem que existe uma correlação entre falta de conhecimento financeiro e a inadimplência. Por fim, os respondentes concordam que a falta de educação financeira pode levar as pessoas a tomar decisões de forma impulsiva, assim realizando compras e assumindo dívidas sem considerar suas capacidades financeiras.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa em questão teve como objetivo analisar e descrever o comportamento das pessoas quanto ao uso do crédito e a educação financeira. A partir dessa perspectiva verificou-se que as pessoas consideram crucial discutir educação financeira em diversos setores da vida e valorizam o ensino dessa disciplina nas escolas para formar cidadãos conscientes. Além disso verificou-se que a maioria nunca renegociou dívidas e percebe que o mau uso do crédito aumenta a chance de inadimplência, entendendo a ligação entre falta de conhecimento financeiro e dificuldades de pagamento.

A formação de crédito no Brasil sempre esteve atrelada aos modos de produção ligados à distribuição de bens. Tal processo esteve presente na antiga Grécia e no feudalismo no qual a produção limitava-se ao consumo, neste período, o acúmulo de riquezas e empréstimos eram condenados pela igreja. Analisando o cenário mundial da época, a América Latina do século XVI estava voltada para a hegemonia dos países industrializados e não refletia o feudalismo e em paralelo, no Brasil, a colonização envolvia as atividades agrícolas para lucro, dependendo de diferentes produtos em momentos de crise. Com o passar do tempo, em virtude do risco de invasão a Portugal por Napoleão a família Real portuguesa refugiou-se no Brasil no início do século XVIII, resultando na criação do Banco do Brasil em 1808.

Com a fundação do Banco do Brasil, observou-se uma evolução no uso do crédito no Brasil, no entanto, tal evolução veio seguida de períodos de mercados por incerteza e complexidade nas relações financeiras internacionais a partir de 1880. A abertura econômica trouxe benefícios, mas também expôs o país à vulnerabilidade externa. Reformas bancárias, como a de 1921, e a expansão do crédito em 1926 impulsionaram a economia, mas a crise de 1929 e a dependência do comércio exterior, principalmente do café, afetaram a economia brasileira. Medidas restritivas, como o racionamento de crédito, foram adotadas em momentos de recessão. O Plano Real, em 1994, trouxe estabilidade, porém impactou negativamente os bancos, levando a uma reestruturação e à entrada de bancos estrangeiros.

Em relação à trajetória da educação financeira, observa-se que seu desenvolvimento, no Brasil, ocorreu através da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em três períodos principais. Entre 2010 e 2014, houve o estabelecimento da ENEF e a criação da AEF-Brasil, com o início de projetos pilotos no ensino médio e fundamental. De 2013 a 2015, ocorreu a expansão dos programas educacionais e parcerias com instituições privadas e ministérios. No período de 2016 a 2018, apesar dos desafios econômicos, a educação financeira foi incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), resultando em iniciativas inovadoras como o

desenvolvimento de recursos e metodologias para fins educativos. Esses esforços são direcionados para promover habilidades financeiras em diversas faixas etárias, usando iniciativas educativas, parcerias e recursos tecnológicos. Embora a educação financeira tenha sido incluída na BNCC, ela foi tratada como tema transversal, ou seja, a escola pode adotar o uso facultativo do assunto, o que na verdade para ter eficácia no longo prazo, deveria ser um tema obrigatório.

No que diz respeito ao endividamento no Brasil, podemos verificar que o poder de compra e o acesso ao crédito foi diretamente impactado por altos índices de inflação e taxas de juros elevadas, sendo estes desafios consideráveis da conjuntura econômica do Brasil. Aproximadamente 80% das famílias brasileiras estão endividadas, ressaltando a seriedade desse problema na economia e a relevância crucial da educação financeira, ambos tratados de maneira abrangente ao longo desta pesquisa. Diversos fatores como gastos sem controle, desemprego e empréstimos contribuem para essa situação. O uso frequente do cartão de crédito é o principal responsável pelo endividamento, impulsionado pela cultura do consumismo, influenciada por estratégias de marketing e a busca por status. Muitos indivíduos desconhecem as consequências do acúmulo de dívidas a longo prazo, normalizando a inadimplência e negligenciando suas responsabilidades financeiras.

Ao longo das pesquisas foi possível verificar que a inadimplência é a falta de pagamento de uma dívida no prazo estabelecido, prejudicando o credor e podendo levar à exclusão de crédito pelo SCPC e Serasa, impactando a renda do devedor. Atualmente, Instituições financeiras utilizam análises subjetivas e sistemas como o *balanced scorecard* para avaliar o caráter, capacidade, condições e outros aspectos dos tomadores de crédito, influenciando diretamente a concessão de crédito e a prevenção da inadimplência. Os processos de análise de crédito podem ser julgamentais (baseados em experiência) ou estatísticos (usando dados dos devedores) para avaliar o risco de inadimplência. Globalmente discutida, a inadimplência se tornou uma preocupação no Brasil após crises financeiras, com as empresas financeiras desempenhando papel crucial na gestão do crédito para reduzir riscos de não recebimento.

Durante a análise dos dados de inadimplência no Rio de Janeiro, coletados no site da Serasa Experian, foi identificado um aumento do número de inadimplentes, que passou de pouco mais de um milhão em 2019 para cerca de 1,1 milhão em 2023, com quedas e aumentos intercalados. Houve um salto nas dívidas em reais, de R\$24,4 bilhões para R\$38,4 bilhões, um crescimento de 57,38%. O valor médio da dívida teve um aumento significativo, partindo de R\$3.942,82 em 2019 para R\$4.993,73 em 2023. A inadimplência na população adulta cresceu

de 45,46% para 53,14% entre o período analisado. Setores como Bancos/Cartões e Serviços apresentaram maior inadimplência.

Os resultados obtidos através do questionário enviado aos respondentes revelam que a maioria é do Rio de Janeiro, possui entre 18 e 25 anos, com ensino superior completo e renda mensal entre 2 e 3 salários-mínimos. Os respondentes valorizam a educação financeira, especialmente nas escolas, reconhecem a importância de cursos para melhorar a gestão financeira e apoiam o uso de ferramentas para controlar despesas diárias. A maioria nunca renegociou dívidas, acredita que o uso impróprio do crédito aumenta a inadimplência e reconhece a conexão entre falta de conhecimento financeiro e dívidas não pagas. Eles concordam que a falta de educação financeira pode levar a decisões impulsivas e compras sem considerar suas capacidades financeiras.

Por fim, verifica-se que o uso do crédito e o desenvolvimento da educação financeira impactam diretamente a vida da sociedade brasileira, em especial, aos residentes no estado do Rio de Janeiro. A busca de informações em relação a esta temática faz-se de extrema importância, uma vez que, pode favorecer o cenário econômico nacional, proporcionando a população alternativas para melhor gerenciar suas finanças.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA JUNIOR, Marcio; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. A reestruturação do sistema creditício doméstico e a recuperação precoce da economia brasileira na década de 1930. 2021.

AMARAL, Gustavo Henrique de Oliveira; IQUIAPAZA, Robert Aldo. Determinantes de Inadimplência e de Recuperação de Crédito em um Banco de Desenvolvimento. 2020.

ARAÚJO, Everaldo de. Cobrança pró-ativa. 2007. 64 f. Dissertação (Pós-graduação) - Curso de Administração, Ufrs, Florianópolis, 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema de Informações de Crédito (SCR) - Dados estatísticos. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/scrdata?dataIn=2012-06-01&dataFim=2022-08-31&uf_filtro=Todas&cnaeocup_filtro=Todos&porte_filtro=Todos&modalidade_filtro=Todas&origem_filtro=Todas&indexador_filtro=Todos&cliente_filtro=PF&id=dea8d0af-b5d1-4d22-b4dc-f955a26c32b4&numSeries=1. Acesso em: 12 ago. 2023.

BANCO DO BRASIL S.A.. Relatório Anual 2010. Disponível em: <https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.htm#1>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CAOUILLE, J. B.; ALTMAN, E.; NARAYANAM, P.; HASTINGS, A. Gestão de risco de crédito: o próximo grande desafio financeiro. Trad. Allan Hastings. Qualitymark, 1999.

DIPLOMATIQUE, A economia global no pós-pandemia. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-economia-global-no-pos-pandemia/>. Acesso em: 08 nov. 2023.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA. TCC: Educação Financeira no Orçamento Familiar. Disponível em: <http://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-educacao-financeira-no-orcamento-familiar.pdf>. Acesso em: 18 out 2023.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa: Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2002.

INFOMONEY. Recessão econômica: causas, consequências e como se proteger. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/recessao-economica/>. Acesso em: 20 out. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022 - Panorama. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ONZE. Educação Financeira no Brasil. Disponível em: <https://www.onze.com.br/blog/educacao-financeira-no-brasil/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2013.

SENADO FEDERAL. Despreparo financeiro da população é preocupante. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/despreparo-financeiro-da-populacao-e-preocupante>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SERASA EXPERIAN. Indicadores econômicos. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SERASA. Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas no Brasil. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

UNICAMP - Observatório da Economia Contemporânea. A economia global no pós-pandemia. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/observatorio-da-economia-contemporanea/globalizacao/a-economia-global-no-pos-pandemia>. Acesso em: 11 nov. 2023.

VIDA E DINHEIRO. Plano de Ação. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/03-03-2017-PLANOACAO.pdf>.

VIDA E DINHEIRO. Relatório Anual AEF Brasil 2018. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-anual-aeffbrasil-2018.pdf>.

VIDA E DINHEIRO. Relatório Anual 2016. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2016.pdf>.

VIDA E DINHEIRO. Relatório Anual 2015. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2015.pdf>.

VIDA E DINHEIRO. Relatório Anual 2014. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2014.pdf>.

VIDA E DINHEIRO. Relatório Anual 2013. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2013.pdf>.

VIDA E DINHEIRO. Relatório Anual 2012/2011. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relat%C3%B3rio>

APÊNDICE A – Questionário de Coleta de Dados.

1. Você reside no Estado do Rio de Janeiro?
 - a. - Sim
 - b. - Não
2. Qual a sua idade? Por favor, utilize as faixas etárias.
 - a. - 18 a 25 anos
 - b. - 26 a 35 anos
 - c. - 36 a 45 anos
 - d. - 46 a 55 anos
 - e. - 56 a 65 anos +
3. Qual o seu grau de escolaridade?
 - a. - Ensino Fundamental Incompleto
 - b. - Ensino Fundamental Completo
 - c. - Ensino Médio Incompleto
 - d. - Ensino Médio Completo
 - e. - Ensino Superior Incompleto
 - f. - Ensino Superior Completo
4. Qual faixa de renda é compatível com sua realidade? Considere que o salário-mínimo atualmente no Brasil é de: R\$ 1.320,00.
 - a. - 0 a 1 salário-mínimo
 - b. - 2 a 3 salários-mínimos
 - c. - 4 a 5 salários-mínimos
 - d. - 6 a 10 salários-mínimos
 - e. - Superior a 10 salários-mínimos
5. A discussão sobre a educação financeira nas mais variadas esferas (escolas, ambiente familiar, no trabalho) traz impactos na vida do ser humano. Qual seu grau de concordância com essa afirmação? Por favor, indique 1 para discordar completamente a 5 para concordar completamente.
 - a. - 1
 - b. - 2
 - c. - 3
 - d. - 4
 - e. - 5
6. Você considera a educação financeira nas escolas uma ferramenta importante para formação de um cidadão? Por favor, indique 1 para considerar irrelevante a 5 para muito relevante.
 - a. - 1
 - b. - 2
 - c. - 3
 - d. - 4
 - e. - 5

7. Algumas instituições disponibilizam cursos gratuitos referentes a educação financeira, o quanto você acredita que a realização de um curso pode beneficiar sua gestão financeira? Por favor, indique 1 para considerar sem benefícios a 5 para muito benéfico.
- a. - 1
 - b. - 2
 - c. - 3
 - d. - 4
 - e. - 5
8. Ao pensar em custos do cotidiano é normal que se pense de forma ampla sobre receitas e despesas, para nos auxiliar, existem ferramentas de controle de gastos como planilhas de Excel, Planners financeiros etc. Com qual grau de uso esse tipo de ferramenta, em seu dia a dia, se faz necessário para controle de gastos? Por favor, indique em uma escala de 1 para desnecessário a 5 para muito necessário.
- a. - 1
 - b. - 2
 - c. - 3
 - d. - 4
 - e. - 5
9. Em uma escala de 1 a 5, onde 1 indica 'Nunca precisei renegociar dívidas' e 5 indica 'Frequentemente precisei renegociar dívidas', qual é a sua experiência em relação à necessidade de renegociar dívidas do cotidiano com o seu banco?
- a. - 1
 - b. - 2
 - c. - 3
 - d. - 4
 - e. - 5
10. Na sua opinião, o uso inadequado de crédito pode aumentar a probabilidade de uma pessoa se tornar inadimplente? Isso se refere a situações em que as pessoas usam crédito excessivamente ou não entendem os termos e as taxas associadas ao crédito. Por favor, indique seu nível de concordância em uma escala de 1 discordo totalmente a 5 concordo totalmente.
- a. - 1
 - b. - 2
 - c. - 3
 - d. - 4
 - e. - 5
11. Qual é a sua opinião sobre a relação entre a inadimplência e a falta de conhecimento financeiro? Você acredita que as pessoas que não compreendem bem finanças pessoais têm maior probabilidade de se tornarem inadimplentes? Por favor, indique

seu nível de concordância em uma escala de 1 discordo totalmente a 5 concordo totalmente.

- a. - 1
- b. - 2
- c. - 3
- d. - 4
- e. - 5

12. Você acredita que a falta de educação financeira pode levar as pessoas a tomar decisões financeiras impulsivas, como assumir dívidas excessivas ou comprar itens caros sem considerar suas capacidades financeiras? Por favor, indique seu nível de concordância em uma escala de 1 discordo totalmente a 5 concordo totalmente.

- a. - 1
- b. - 2
- c. - 3
- d. - 4
- e. - 5